

Secretaria de Licitações e Compras



PREFEITURA
**BELFORD
ROXO**
GOVERNANDO COM RESPONSABILIDADE

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – *SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS*

LICITAÇÃO N.º 90008/2026

PROCESSO N.º 56/165/2025

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

ESTIMATIVA DE VALOR: R\$ 253.897,92 (DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

ORIGEM DOS RECURSOS: 1500, 1660 e 1661

PROGRAMA DE TRABALHO: 01.08.122.001.2.094 – 01.08.245.034.2.100 – .01.08.245.034.2.101

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.40.00

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO: DIA 22 DE MAIO DE 2026 ÀS 10:00 HORAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, COM FORNECIMENTO DE LINHAS MÓVEIS PÓS-PAGA, PACOTES DE DADOS E VOZ E APARELHOS CELULARES EM REGIME DE COMODATO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E EXTERNAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

O edital, com as especificações da referida licitação, encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas no endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, no Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no Portal de Transparência da Prefeitura de Belford Roxo <https://transparencia.prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/>, além de estar à disposição dos interessados à **Avenida José Mariano Passos, nº 948 – Prata – Belford Roxo/RJ**, no horário de 09:00 às 17:00, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados, mediante entrega de 1 (uma) resma de papel A4 e identificação do interessado. Informações referentes ao certame poderão ser obtidas por meio do e-mail: licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br.

ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADOR(A) DA CONTRATAÇÃO: Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, situada na Av. Retiro da Imprensa – Nº 1.423 - Paim – Belford Roxo - RJ, Cep.: 26.112-180.

EDNA QUARESMA
Mat.: 11/20419

Secretaria de Licitações e Compras



O **MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO**, mediante ao Agente de Contratação **EDNA QUARESMA**, Mat.: **11/20419** e equipe de apoio **MARIA EURIDES DE FARIAS**, Mat. **11/20089**, **ROSANGELA SINFRÔNIO PEREIRA**, Mat. **10/20202**, **MAURÍCIO DA SILVA CAMPOS**, Mat. **60/100158** e **CRISTIANE BESSA DA ROCHA**, Mat. **60/100171** designados pela Portaria nº 3.080/GP/2025 de 20 de setembro de 2025 torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando a licitação nº **90008/2026** na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com as disposições da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021, assim como do Decreto Municipal 5.937/2023, bem como das condições a seguir estabelecidas.

1 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1.1. A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, no âmbito do Sistema de Compras do Governo Federal, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, mantido pela Administração Federal, e regulamentado pela Instrução Normativa nº 73 de 30 de setembro de 2022, a que as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.

1.2. A sessão do presente pregão eletrônico será iniciada no dia **22/05/2026 às 10:00 hrs**, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, observando-se o modo de disputa **aberto**.

1.3. No caso de a licitação não poder ser realizada na data estabelecida, será adiada para o primeiro dia útil posterior, no mesmo horário e local, salvo designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.

1.4. Caso o Sistema do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do pregão, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.5. A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

1.6. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa, sendo reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após comunicação aos participantes no próprio endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Secretaria de Licitações e Compras



2 - OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, COM FORNECIMENTO DE LINHAS MÓVEIS PÓS-PAGA, PACOTES DE DADOS E VOZ E APARELHOS CELULARES EM REGIME DE COMODATO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E EXTERNAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, conforme especificações descritas no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

2.2. A licitação será realizada por Menor Preço Global.

3 - ESTIMATIVA DE PREÇO

3.1. O preço total para a execução do objeto desta Licitação foi estimado pela Administração em **R\$ 253.897,92 (DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)**.

4 - IMPUGNAÇÕES E QUESTIONAMENTOS AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Os questionamentos e impugnações de quaisquer interessados, inclusive licitantes, ao ato convocatório serão recebidos até 3 (três) dias úteis antes da data agendada para abertura da sessão de julgamento, devendo ser protocolados no sistema eletrônico de compras ou encaminhados ao seguinte correio eletrônico licitacao@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br.

4.1.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos para o certame.

4.1.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

4.2. Os questionamentos e impugnações serão respondidos pelo Pregoeiro no sistema eletrônico de compras, dentro do prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento, observada como data limite o último dia útil anterior à data agendada para abertura da sessão de julgamento.

4.2.1. As respostas aos questionamentos e impugnações também deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico da Prefeitura e no Portal Nacional de Compras Públicas.

Secretaria de Licitações e Compras



4.3. As retificações do edital, por iniciativa oficial ou provocadas por eventuais impugnações ou questionamentos, obrigarão a todos os licitantes, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

4.3.1. A reabertura do prazo importará na necessidade de publicação de novo aviso do edital na forma do artigo 54, parágrafo 1º da Lei 14.133/2021.

5 - PARTICIPAÇÃO

5.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja previamente credenciado junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), e no sistema de compras do governo federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil, observado o manual técnico operacional do sistema eletrônico de compras.

5.2. Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

5.3. A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar, inicialmente, o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexistirá qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos itens que cotar.

5.4. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

5.5. Poderão participar do presente pregão eletrônico, as pessoas físicas ou jurídicas que atenderem a todas as exigências quanto à documentação constantes deste Edital e de seus Anexos.

5.6. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte e para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na referida Lei Complementar.

5.7. A fruição dos benefícios previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Secretaria de Licitações e Compras



5.8. Não será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio de empresas, diante da justificativa apresentada no Termo de Referência, considerando que o objeto não possui características de complexidade que justifiquem essa participação.

5.9. Será admitida a participação de licitante sob a forma de cooperativa, desde que:

- a) A constituição e o funcionamento da cooperativa observem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- b) A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas.
- d) O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação

5.10. É vedada a participação nesta licitação:

I – daquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

II – de licitantes punidos com a sanção prescrita no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública.

III - de licitantes punidos pela Administração Municipal com a sanção prescrita no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV - de pessoa jurídica sob o controle acionário de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas, concorrendo entre si.

V – de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas cujos quadros sejam integrados por pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

VI - de pessoas jurídicas que tenham entre seus sócios qualquer pessoa ligada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos vereadores e aos servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio, ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

Secretaria de Licitações e Compras



VII – de autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

VIII - de empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

IX – de pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

X - daquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

XI – de empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

XII – de pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

XIII – de agente público do órgão ou entidade licitante.

5.11. Os impedimentos de que tratam os itens II, III e IX do subitem anterior serão também aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6 - CREDENCIAMENTO

6.1. Todo o procedimento para credenciamento e cadastramento consta do manual técnico operacional disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Secretaria de Licitações e Compras



6.3. O referido credenciamento depende de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

6.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao Município de Belford Roxo, promotor da presente licitação, responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

6.7. A licitante que se enquadre como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal n.º 123/06, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do artigo 299, do Código Penal.

6.8. A falta da declaração de enquadramento da licitante nos termos do item 6.7 não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123/06.

6.9. A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.10. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances oferecidos durante a sessão pública.

6.11. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

Secretaria de Licitações e Compras



7.2. As propostas de preço deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br> até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública da presente licitação.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.1. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4. A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

7.5. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridas no sistema até a abertura da sessão pública da presente licitação.

7.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante terá a opção de parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

I - a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

II - os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

Secretaria de Licitações e Compras



7.6.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

I - valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

II - percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.6.2. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.6 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

7.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8 - PROPOSTAS DE PREÇOS

8.1. O licitante deverá enviar a sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I – valor unitário para cada item e o valor total;

8.1.1. A proposta deverá indicar os quantitativos cotados, que não poderão ser inferiores aos quantitativos máximos de cada item que poderá ser adquirido.

8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto (tais como: despesas com transporte, seguro e frete, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) na data de entrega.

8.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Secretaria de Licitações e Compras



8.6. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

8.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.8. Os itens de propostas que eventualmente contemplem produtos que não correspondam às especificações contidas no Termo de Referência anexa a este Edital serão desconsiderados.

8.9. A apresentação das propostas implica na obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.9.1. A proposta deverá observar, obrigatoriamente, que o prazo de prestação dos serviços será de 12 (doze) meses.

8.10. A proposta deverá ter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias a contar da data da apresentação.

8.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo deste Edital referente ao orçamento estimado, conforme art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021.

9 – ABERTURA DA SESSÃO E PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

9.1. No dia e horário previstos, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema.

9.1.2. Em caso de empate, será observado, em primeiro lugar, o disposto no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021.

9.2. A etapa de lances será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando-se o modo de disputa **aberto**.

9.3. Aberta a etapa de lances, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

Secretaria de Licitações e Compras



- 9.4. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado, as regras de aceitação dos mesmos e o intervalo mínimo fixado neste edital.
- 9.5. Somente serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pela licitante e registrado no sistema, podendo o licitante exercer apenas uma única vez, observado o prazo de 15 segundos do registro, a exclusão de lance inconsistente ou inexequível.
- 9.6. Os lances deverão ser ofertados em referência ao valor total do objeto ou do item, obedecido o critério de aceitabilidade de preço previsto neste edital.
- 9.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.8. O intervalo mínimo entre os lances ofertados, inclusive os intermediários, deverá ser de 0,10 (dez) centavos.
- 9.9. Durante o transcurso da etapa de lances, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 9.10. O agente de contratação ou a comissão de contratação, quando o substituir, poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.
- 9.11. Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata o subitem anterior, implica na retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.
- 9.12. No modo de disputa aberto a etapa de lances terá duração inicial de 10 (dez) minutos, sujeito a prorrogação automática sucessiva de 2 (dois) minutos caso existentes lances ofertados no período de 2 (dois) minutos anteriores ao encerramento da etapa.
- 9.13. A etapa de lances será encerrada automaticamente pelo sistema após o período de prorrogação automática.
- 9.14. Encerrada a sessão pública, caso a diferença percentual entre as duas propostas melhor colocadas seja igual ou inferior a 5%, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa competitiva para oferta exclusiva de lances intermediários de modo a definir as demais colocações.
- 9.15. Encerrada a etapa competitiva, o sistema ordenará os lances em ordem crescente caso observado o critério de julgamento de menor preço e em ordem decrescente no caso de critério de julgamento de maior desconto.
- .

Secretaria de Licitações e Compras



9.16. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

10 – JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1. Para julgamento do presente Pregão será adotado como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, adotando-se como critério de aceitabilidade das propostas o valor unitário e total da estimativa orçamentária, sendo desclassificada qualquer proposta de preços acima dos referidos critérios.

10.2. As propostas de preço serão conferidas pelo Pregoeiro, que poderá corrigir erros aritméticos nos cálculos e somatórios, observadas as seguintes condições:

- I – onde houver discrepância entre os valores em algarismos e por extenso prevalecerão os valores por extenso;
- II – onde houver discrepância entre os preços parciais e o valor total prevalecerão os preços parciais, refazendo-se o somatório;
- III – onde houver discrepância entre o preço unitário e o preço multiplicado pela quantidade prevalecerá o primeiro;
- IV – em se tratando de manifesto erro de digitação, como no caso de equívoco quanto às casas decimais, poderá o mesmo ser corrigido, independentemente dos critérios definidos acima;
- V – em se tratando de omissão de um item de valor irrisório para o total cotado, poderá se considerar o mesmo incluído no preço total sem qualquer acréscimo.

10.2.1. A correção dos preços nas condições previstas neste Edital poderá ser objeto de objeção pelo proponente, que, ao apresentá-la, ensejará a desclassificação da proposta.

10.3. Serão desclassificadas, também, as propostas que apresentem uma das seguintes situações:

- I – contiver vícios insanáveis;
- II – contenham reservas ou condições limitadoras à observância dos termos deste Edital e seus anexos;
- III – contenham omissões em relação a dados exigidos por este edital imprescindíveis para a avaliação da melhor proposta, inclusive para confirmar sua viabilidade;
- IV – apresente preço manifestamente inexequível;
- V – possuam preço global ou unitário acima do valor estimado para esta licitação;
- VI – que apresentem preços irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

Secretaria de Licitações e Compras



VII – não contenham declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

VIII – não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.3.1. No caso do Pregoeiro considerar o preço de algum item ou do objeto inexecutável, concederá ao respectivo licitante o prazo de 02 (duas) horas para que demonstre a viabilidade do proposto mediante documentação comprovando que os custos dos insumos de produção do item que pretende fornecer são coerentes com os de mercado ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com o fornecimento do objeto contratado.

10.4. Em relação aos itens/lotas não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, cujo valor não supere a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em caso de empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances, ou caso inexistam lances, o critério de desempate será, em primeiro lugar, a preferência prevista no art. 44, da Lei Complementar n.º 123/06 e, em segundo lugar, deve ser observado o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021.

10.4.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, e o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada - se esta for empresa de maior porte -, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

10.4.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.4.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.4.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.4.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Secretaria de Licitações e Compras



10.4.6. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no subitem 10.4 deste Edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.4.7. A condição prevista no subitem 10.4 deste Edital, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por licitante sujeito ao regime diferenciado da Lei Complementar n.º 123/06.

10.5. Havendo empate entre duas ou mais propostas após o encerramento da etapa de lances ou caso inexistam lances, uma vez que tenha sido observado o procedimento do item 10.4 nas hipóteses em que aplicável, o critério de desempate se dará conforme o disposto no art. 60, da Lei n.º 14.133/2021, nessa ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.5.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.6. As disposições do item 10.5 acerca do desempate também se aplicam para os itens/lotos cujo valor supere a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, bem como para os itens/lotos cuja disputa seja exclusiva para micro e pequenas empresas.

10.7. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.8. Encerrada a fase competitiva e adotados os critérios de resolução de eventual empate, o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, deverá negociar diretamente com o licitante classificado em primeiro lugar mediante comunicado no sistema eletrônico, devendo fixar prazo máximo de 10 (dez) minutos para oferta de proposta mais vantajosa à Administração, inclusive, quanto a condições de execução do objeto e prazos de entrega.

Secretaria de Licitações e Compras



10.9. Frustrada a negociação, caso a melhor proposta não observe a estimativa de valor elaborada, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com os demais licitantes, observada a ordem de classificação da etapa competitiva e o prazo disposto no item anterior.

10.10. Concluída a negociação e analisada a conformidade da proposta melhor classificada com a estimativa elaborado pela Administração e as demais diretrizes fixadas no edital e anexos, o resultado provisório será proclamado pelo Pregoeiro e divulgado no sistema eletrônico.

10.11. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva, assim como eventual documentação complementar, em arquivo único compactado, dentro do prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação do pregoeiro.

10.12. Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada em que estarão registrados todos os atos e ocorrências do procedimento, a qual será disponibilizada para consulta no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

11- HABILITAÇÃO

11.1. Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação do licitante vencedor.

11.2. O Pregoeiro passará ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

- a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada impedida de contratar com a Administração Municipal ou declarada inidônea
- b) O Pregoeiro verificará o atendimento das condições de habilitação da licitante detentora da oferta de menor valor através da análise dos documentos enviados em formato digital por meio do sistema eletrônico ou através de consulta *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como apreciará eventual documentação complementar pontualmente exigida;
- c) Caso os dados e informações existentes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF não atendam aos requisitos estabelecidos neste edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados;

Secretaria de Licitações e Compras



- c.1) Essa verificação será registrada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos do processo administrativo respectivo os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;
- d) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências para confirmar a regularidade da licitante quanto às condições de habilitação, indicando desde logo a data e hora em que a sessão será reaberta.
- e) A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- f) Os documentos necessários à habilitação, o certificado de registro cadastral e a certidão de pré-qualificação porventura exigidos deverão ser remetidos em formato digital via sistema eletrônico observado o prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, a contar da solicitação emitida em comunicado pelo Pregoeiro.
- 11.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 11.4. Não serão aceitos protocolos como substitutos de quaisquer das documentações exigidas neste Edital.
- 11.5. Em substituição aos documentos de habilitação, poderá a licitante apresentar Certificado de Registro Cadastral, com exceção dos documentos com a validade expirada e os atestados de habilitação técnica e econômico-financeira não contemplados no registro.
- 11.6. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 11.7. A habilitação do licitante vencedor será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) e (CPF) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional. (Art.68, I, Lei Federal nº 14.133/2021);
- b) Registro comercial, no caso de empresário individual.

Secretaria de Licitações e Compras



c) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado.

c.1) Cópia da Identidade e CPF dos sócios no Cadastro Social.

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

d.1) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

e) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

ii. Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

II – Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal do domicílio ou sede do licitante, através da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e à Previdência Social (ou positiva com efeito de negativa), expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União, ou outra equivalente;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

Secretaria de Licitações e Compras



e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, que consistirá em certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

f) Certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Prova de regularidade Trabalhista através de apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou da Certidão Positiva (com efeito de negativa) de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e a Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

h) Declaração que não emprega menor, conforme abaixo:

- Atesta o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei n.º 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

III – Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil acompanhado das notas explicativas e demais demonstrações contábeis, conforme dispõe o art. 69º inciso I da Lei nº 14.133/2021.

a.1.1) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

a.1.2) Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

a.1.3) Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

a.1.4) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.



ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ILG = _____

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

a.1.5) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante pelo Passivo Circulante.

ATIVO CIRCULANTE

ILG= _____

PASSIVO CIRCULANTE

a.1.6) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

IE = _____

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a.2) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

a.2.1) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

a.2.2) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

a.2.2.1) Quando se tratar de sociedade constituída no exercício atual, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

Secretaria de Licitações e Compras



a.3) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá a empresa apresentar capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

a.3.1) O balanço patrimonial e demonstrativo do exercício do resultado deverá ser apresentado na forma dos arts. 1.078, 1.079 e 1.186 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro) e atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade e Instruções do Conselho Federal de Contabilidade, o mesmo se aplica as demais demonstrações contábeis.

a.3.2) Ressalvada a apresentação pelos Microempreendedores Individuais (MEI), devendo ser apresentado documento equivalente.

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

b.1) Caso a Licitante não seja sediada na Comarca de Belford Roxo deverá apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

IV – Da Qualificação Técnica:

A) Comprovação de aptidão para a prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), incluindo fornecimento de linhas móveis, planos de voz e dados e, quando aplicável, fornecimento de aparelhos em regime de comodato ou locação.

A.1) Os atestados de capacidade técnica deverão conter, no mínimo:

- a) identificação da entidade emitente (nome, CNPJ e contato);
- b) identificação da empresa executora;
- c) descrição do objeto executado (serviços de telefonia móvel, fornecimento de linhas, planos de dados e voz ou serviços equivalentes);
- d) período de execução do serviço;
- e) declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

Secretaria de Licitações e Compras



A.2) Será admitida a apresentação de mais de um atestado para fins de comprovação da capacidade técnica mínima exigida, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão da licitante para executar o objeto desta contratação.

A.3) Não será exigida comprovação de quantitativos mínimos excessivos ou desproporcionais, em observância aos princípios da competitividade, razoabilidade e isonomia, conforme o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

B) A licitante deverá comprovar que está devidamente autorizada a prestar serviços de telecomunicações no território nacional, mediante apresentação de:

a) comprovante de autorização ou outorga expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

V - Declarações:

V.1 - Declaração, conforme modelo em anexo, que:

- O licitante atende aos requisitos de habilitação, declarando a veracidade das informações prestadas;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do Poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- A licitante se compromete a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- A licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- A licitante assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- A licitante não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;
- A proposta econômica do licitante compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas

Secretaria de Licitações e Compras



infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação.

V.2 – Declaração, conforme modelo anexo, em que o licitante que tenha assinalado em campo próprio do sistema eletrônico que se enquadra no regime da Lei Complementar n.º 123/06 assegure que:

- Os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar n.º 123/06.

11.9. Os documentos de habilitação somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.10. Em se tratando de item/lote com valor estimado inferior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na hipótese de cuidar-se de microempresa, empresa de pequeno porte, microempreendedor individual e sociedades cooperativas que observem o art. 34, da Lei nº 11.488/2007, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho.

11.10.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data em que a licitante beneficiária da Lei Complementar n. 123/06 for declarada vencedora do certame para a regularização da documentação, realizando o pagamento ou o parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito de negativa. O prazo a que se refere este subitem poderá, a critério do Município de Belford Roxo, ser prorrogado por igual período, consoante artigo 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/14.

11.10.2. Caso não haja a regularização da documentação na forma do subitem anterior, a licitante será inabilitada, devendo o Pregoeiro analisar a documentação apresentada pelos demais interessados classificados, observada a ordem cronológica de classificação.

11.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.12. Nos casos em que a validade da certidão apresentada não estiver expressa no documento, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de emissão, sendo que a certidão de ICMS para

Secretaria de Licitações e Compras



Contribuinte terá validade de 180 (cento e oitenta) dias e para Não Contribuinte terá a validade de 12 (doze) meses.

11.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.2, f.

11.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11.17. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital acerca da habilitação, ou no caso de inversão de fases, quando houver a habilitação seguida da classificação da proposta, a licitante será declarada vencedora do pregão e será convocada para subscrever o contrato/retirar a Nota de Empenho.

12 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. O cabimento de recurso em face da inabilitação ou da desclassificação do licitante está condicionado à imediata manifestação da intenção de recorrer pela parte interessada que deve ser feita em campo próprio do sistema, observado o prazo de 10 minutos a partir do comunicado remetido pelo Pregoeiro.

12.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que o licitante pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro e sua falta importará na preclusão do direito.

12.2. As razões de recurso deverão ser apresentadas, em momento único, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da divulgação da ata de habilitação ou da ata de julgamento das propostas, caso adotada a inversão de fases.

12.3. As contrarrazões deverão ser apresentadas no mesmo prazo do subitem anterior contado a partir da divulgação da interposição do recurso no sistema eletrônico.

12.4. O Pregoeiro poderá exercer juízo de reconsideração no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do recebimento do recurso no sistema eletrônico. Caso não seja reconsiderada a decisão recorrida, o recurso deverá ser remetido à autoridade superior para a devida apreciação, observado o prazo de 10 (dez) dias úteis da remessa.

Secretaria de Licitações e Compras



12.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, de acordo com art. 168, da Lei n.º 14.133/2021.

12.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, devendo ser assegurado aos licitantes acessos a todos os documentos necessários à defesa de seus direitos.

13 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Após proclamação do resultado definitivo com indicação do licitante vencedor, o pregoeiro, mediante mensagem no sistema eletrônico, deverá consultar os demais participantes, observado a ordem cronológica de classificação, sobre o interesse na formação do cadastro de reserva.

13.2. Encerrada a sessão de julgamento, os autos serão remetidos à autoridade superior para adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor pelo Pregoeiro e homologação do procedimento, observados os termos do art. 71 da Lei 14.133/2021.

14 - FORMALIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

14.1.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade ou não de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto, conforme disposto no edital, e se obrigar nos limites dela;

14.1.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- a) Aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- b) Mantiverem sua proposta original.

14.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

14.2. O registro mencionado no item 14.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

14.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

Secretaria de Licitações e Compras



14.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e que mantiveram suas propostas originais somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas na ata.

14.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

14.6. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14.7. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 14.1.2, 'a' aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15 - FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologada a licitação, o licitante vencedor será convocado para, no prazo máximo de de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, assinar a ata de registro de preços.

15.1.1. A prorrogação do prazo deve ser expressa e fundamentadamente requerida pelo adjudicatário, cabendo à Administração analisar o pedido formulado.

Secretaria de Licitações e Compras



15.1.2. Não sendo assinado o contrato ou retirado/assinado o documento equivalente dentro do prazo de validade da proposta vencedora por motivo atribuível à Administração, a proposta poderá ser prorrogada por até 60 (sessenta) dias, se o proponente, consultado pela Administração, assim concordar.

15.2. No ato de assinatura da ata, será exigida prova da manutenção das condições de habilitação demonstradas na fase de julgamento, devendo ser reapresentadas certidões ou documentos cuja validade tenha expirado no período transcorrido.

15.3. O não comparecimento no prazo no item 15.1 ou a não comprovação das condições de habilitação acarretarão, além da imputação das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021 e da perda da garantia de proposta ofertada, o cancelamento do registro de preços, com a consequente convocação dos licitantes que integram o cadastro de reserva para manifestação de vontade quanto à formalização da ata de registro observado o valor apresentado pelo licitante classificado em primeiro lugar.

15.4. Caso nenhum dos licitantes que integram o cadastro de reserva nas condições do subitem anterior aceite formalizar a ata, o Pregoeiro deverá convocar os demais cadastrados, observada a ordem de classificação, para manifestação de interesse na contratação pelos preços ofertados nas respectivas propostas, desde que observada a estimativa de valor fixada pela Administração.

15.5. A formalização da ata nas condições do item anterior deve ser precedida de negociação com o licitante interessado de modo a buscar preços e condições mais vantajosas para a Administração.

16 - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A ata de registro oriunda do presente procedimento vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, mediante expressa e adequada justificativa, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados mediante cotação.

16.2. No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, atendidas as condições previstas no art. 84. da Lei 14.133/2021, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

16.3. A prorrogação da ata deverá ser formalizada mediante termo aditivo.

16.4. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei 14.133/2021.

17 – ORDEM DE SERVIÇO

Secretaria de Licitações e Compras



17.1. O objeto será executado conforme especificações e condições constantes do termo de referência.

17.2. O início da contagem do prazo para atendimento da ordem de serviço somente ocorrerá a partir da certeza de ciência do fornecedor.

17.3. O não atendimento tempestivo da ordem de serviço, sem justificativa adequada, poderá ensejar o cancelamento, sem prejuízo das imputações das sanções previstas neste Edital.

18 - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgão ou entidade municipal não participante está sujeita à prévia autorização do órgão gerenciador, devendo observar os limites e diretrizes fixados Lei n.º 14.133/2023.

18.2. A autorização do órgão gerenciador deverá levar em consideração a observância dos limites individual e global, além da necessidade de garantia da capacidade de fornecimento e observância da economia de escala.

18.3. A solicitação de adesão deverá observar o disposto nos parágrafos do art. 86 da Lei n.º 14.133/2023.

18.4. Caberá ao fornecedor registrado, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento.

18.5. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% do quantitativo registrado.

18.6. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder o limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

18.7. A análise das solicitações de adesão pelo órgão gerenciador deverá ser precedida de pesquisa de mercado para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão.

18.7.1. A constatação de preço mais vantajoso em decorrência da pesquisa referida no item anterior acarretará a necessidade de negociação do preço registrado.

18.7.2. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador não autorizará a adesão.

19 – ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. Caso os preços registrados se tornem maiores que os valores atualizados de mercado apurados em cotação, deverá o órgão gerenciador iniciar negociação com o fornecedor registrado e, em caso de insucesso, promover sua liberação.

Secretaria de Licitações e Compras



19.2. Os preços registrados poderão ser objeto de atualização, mediante expresso e fundamentado pedido formulado pelo fornecedor, desde que comprovada a substancial discrepância destes com os valores atualizados de mercado.

19.2.1. O pedido de atualização deverá ser formulado de acordo com as diretrizes estabelecidas no art. 21 do Decreto Municipal n.º 5402.

19.2.2. A atualização somente será realizada caso comprovados os fatos ensejadores do pedido e a Administração não exerça o direito de liberar o fornecedor do registro.

19.2.3. A não comprovação dos fatos ensejadores do pedido importará em seu indeferimento, permanecendo o fornecedor obrigado aos termos originais da ata de registro.

19.3. Os preços registrados poderão ser revistos em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

19.4. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

20 – ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO

20.1. As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei 14.133/2021.

20.2. Os eventuais contratos decorrentes do registro de preços poderão ser alterados de acordo com as diretrizes da Lei Federal n.º 14.133/2021, observando-se, quanto aos acréscimos e supressões, a aplicação do limite legal relativo ao contrato individualmente considerado, e não à ata de registro de preços.

21 – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O registro de preço de fornecedor poderá ser cancelado quando:

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

.

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e

V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

21.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

22 - RECEBIMENTO

22.1. O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo recebimento provisório e recebimento definitivo:

a) Recebimento provisório: ocorrerá no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ativação das linhas móveis, da entrega dos aparelhos em regime de comodato ou da prestação dos serviços solicitados por meio da respectiva Ordem de Fornecimento, mediante verificação preliminar da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

a.1) O recebimento provisório consistirá na conferência quantitativa e na verificação inicial do funcionamento dos serviços, abrangendo, no mínimo:

a) ativação das linhas móveis;

b) funcionamento dos serviços de voz e dados;

c) entrega dos aparelhos conforme especificação;

d) integridade física dos equipamentos;

e) regularidade da documentação e identificação dos dispositivos.

f) apresentação das notas fiscais dos aparelhos fornecidos em regime de comodato, comprovando tratar-se de equipamentos novos, não reconicionados, em conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência.

a.2) Constatada qualquer irregularidade, falha técnica ou desconformidade, o fiscal do contrato notificará formalmente a contratada, fixando prazo razoável para correção, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

b) Recebimento definitivo: ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após verificação detalhada da adequação dos serviços e equipamentos às exigências contratuais, incluindo testes de desempenho, estabilidade do sinal, compatibilidade dos aparelhos e regularidade da prestação dos serviços.

Secretaria de Licitações e Compras



b.1) O recebimento definitivo será formalizado mediante ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal ou comissão designada, certificando que o objeto foi executado em conformidade com as especificações técnicas e contratuais.

22.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, administrativa ou técnico-profissional da contratada pela perfeita execução do objeto, nem impede a Administração de exigir reparações por vícios, defeitos ou irregularidades constatadas posteriormente.

22.3. Caso, após o recebimento definitivo, sejam identificadas falhas ou vícios na execução do objeto, a contratada deverá proceder à correção ou substituição necessária, no prazo estipulado pela Administração, sem ônus adicional, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

22.4. A ultrapassagem do prazo fixado na alínea b do subitem 22.1 sem manifestação do fiscal do contrato não importa na presunção de recebimento definitivo, cabendo ao contratado o direito de apresentar requerimento expresso perante o órgão ou entidade responsável pela contratação.

23 - FISCALIZAÇÃO

23.1. A fiscalização do cumprimento do objeto da presente licitação será realizada por servidor efetivo designado em ato da autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, atendidas as diretrizes e condicionantes previstas no Termo de Referência.

23.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade do contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

24 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

24.1. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, sujeita a licitante vencedora, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência pela inexecução parcial do contrato;

b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor da parcela em atraso que será convertida em compensatória nos casos de rescisão por culpa do contratado;

Secretaria de Licitações e Compras



c) multa de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração, exceto nos casos de rescisão por culpa do contratado. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 30% (trinta por cento);

d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão por culpa do contratado;

e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

24.1.1. A imposição de multa igual ou inferior a 5% do valor do contrato e a aplicação da sanção de advertência pode ser levada a efeito pelo fiscal do contrato que deverá providenciar a notificação do contratado observado o prazo de defesa de 15 dias úteis.

24.1.2. Nos demais casos, a sanção deve ser imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, observado o procedimento descrito no Decreto Municipal nº 5.933.

24.1.3. As sanções previstas nas alíneas *a*, *e* e *f* do subitem 24.1 podem ser cumulativamente aplicadas com as sanções pecuniárias.

24.2. Os valores das multas serão deduzidos dos eventuais créditos contratuais do contratado, devendo em caso de saldo ser retida a garantia de execução contratual ofertada, ensejando ainda a inscrição em dívida ativa para cobrança judicial em caso de insuficiência das referidas quantias.

24.3. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem tampouco afasta o dever do contratado de reparação integral dos danos causados à Administração.

24.4. A aplicação das sanções prevista neste item observará o disposto na Lei n.º 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 5.933

24.5. Os prazos das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade, assim como a delimitação do *quantum* das sanções pecuniárias observarão as diretrizes fixadas no art. 156, parágrafo 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

24.6. A notificação do contratado dar-se-á por qualquer meio que assegure a certeza de ciência, admitindo-se publicação em edital em caso de retorno negativo de aviso de recebimento ou de comunicação eletrônica.

Secretaria de Licitações e Compras



24.7. A prática de ato tipificado na Lei n.º 12.846/13 será apurada em autos próprios, observado o procedimento do referido diploma legal, inclusive, nos casos em que os referidos atos também se enquadrarem nas infrações descritas na Lei n.º 14.133/2021.

25 – VIGÊNCIA E EXTINÇÃO DO CONTRATO

25.1. O contrato firmado pelas partes terá vigência de 12 meses a contar da data da assinatura, admitindo-se prorrogações sucessivas, até o limite máximo de 10 (dez) anos meses, na forma do art. 107 da Lei 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade da manutenção do ajuste, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e o interesse público.

25.2. A extinção do contrato observará as diretrizes do Capítulo VIII, da Lei n.º 14.133/2021.

26 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

26.1. O Município fará o pagamento, por meio de crédito em conta bancária a ser indicada pelo contratado e aceita até a assinatura do contrato.

26.2. Para fins de pagamento prevalecerá o valor correspondente à entrega efetiva do objeto da licitação, nos exatos termos exigidos pelas diretrizes fixadas no Termo de Referência.

26.3. Eventuais discrepâncias no objeto entregue poderão acarretar glosa no valor da solicitação de pagamento.

26.4. O pagamento se realizará mediante encaminhamento de pedido próprio observado o disposto na Lei nº 14133/2021.

26.5. O prazo de pagamento é de até 30 (trinta) dias contados a partir da data final do período de adimplemento e mediante apresentação da nota fiscal.

26.6. Caso se faça necessária à representação de qualquer fatura ou complementação de documentação pelo contratado, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, voltando a transcorrer a partir da data do cumprimento da exigência.

26.7. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contratado, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA-E** e serão acrescidos de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

26.8. No caso de atraso de pagamento por motivo atribuível ao Município, será devido o pagamento de 0,1% (um décimo por cento) ao mês, caso inexistir justificativa adequada para a ocorrência do atraso.

26.9. Os pagamentos realizados pelo Município em prazo inferior ao estabelecido no item 26.5 serão realizados mediante desconto de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

27 – EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DA EVENTUAL CONTRATAÇÃO

27.1. Os preços que vierem a ser contratualmente pactuados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses a contar da data do orçamento estimado (05/01/2026) ou, caso tenha havido atualização ou revisão dos preços previamente à contratação, pelo período de 12 (doze) meses a contar de tal fato.

27.2. Os eventuais reajustes só poderão ocorrer, mediante expresso e fundamentado requerimento do contratado, com periodicidade anual e deverão utilizar o índice **IPCA**.

27.2.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

27.2.2. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

27.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

27.4. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

27.4.1. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

27.4.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

27.5. O contratado deverá apresentar seu pleito de reajuste devidamente instruído, dentro de 60 (sessenta) dias a contar da divulgação do índice correspondente ao mês do reajuste, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211 do Código Civil.

27.5.1. A apresentação do pedido dentro do prazo previsto no subitem acima ensejará a produção de efeitos financeiros a contar da data-base prevista no contrato.

Secretaria de Licitações e Compras



27.5.2. Caso tenham sido emitidas ordens de fornecimento no interregno entre o surgimento do direito ao reajuste e o efetivo requerimento na forma do subitem 27.5, o contratado deverá ressaltar seu direito ao reajuste antes da efetiva entrega do bem, sob pena de preclusão.

27.6. A revisão do contrato poderá ser realizada a qualquer tempo, desde que observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contados da data do evento ensejador do desequilíbrio e que o pedido correspondente seja formalizado durante a respectiva vigência contratual, ou, em caso de prorrogação, antes da assinatura do termo aditivo, sob pena de preclusão do direito.

27.7. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito e revisão deverão observar as diretrizes fixadas na lei nº 14133/2021.

28 – ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. O valor total para a execução do objeto desta licitação foi estimado pela Administração Municipal em **R\$ 253.897,92 (DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)**.

28.2. As despesas com a execução do objeto da presente licitação, durante o exercício de 2025, correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo classificadas:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte
01.08.122.001.2.094	3.3.90.40.00	1500
01.08.245.034.2.100	3.3.90.40.00	1660/1661
01.08.245.034.2.101	3.3.90.40.00	1660/1661

28.3. As despesas previstas para o exercício seguinte correrão à conta da dotação orçamentária própria.

29 - GARANTIA

29.1. Não haverá a exigência de garantia contratual da execução.

30 – SUBCONTRATAÇÃO

30.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

31 - DISPOSIÇÕES GERAIS

Secretaria de Licitações e Compras



31.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou aqueles relacionados aos documentos de habilitação, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

31.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou da habilitação, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

31.2. A apresentação da proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.

31.3. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio.

31.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

31.5. O MUNICÍPIO não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade do CONTRATADO para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

31.6. Na contagem dos prazos estabelecidos no procedimento licitatório serão observadas as diretrizes fixadas no art. 183 da Lei Federal 14.133/2021.

31.7. A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o art. 71 da Lei Federal 14.133/2021, assegurado o direito de prévia defesa sobre os motivos apresentados para a prática do ato de revogação ou anulação.

31.8. Integram este Edital os seguintes Documentos:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo II – CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

Anexo III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Anexo IV – MODELO DAS DECLARAÇÕES CONJUNTAS

Anexo V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP

Anexo VI – MINUTA DA ATA REGISTRO DE PREÇO

Anexo VII – MINUTA DE CONTRATO

Belford Roxo, 04 de maio de 2026.

EDNA QUARESMA
Mat.: 11/20419

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objeto a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP), COM FORNECIMENTO DE LINHAS MÓVEIS PÓS-PAGAS, PACOTES DE DADOS E VOZ E APARELHOS CELULARES EM REGIME DE COMODATO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E EXTERNAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA – SEMASC**, conforme especificações técnicas, quantitativos estimados e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

1.2 O objeto será executado de forma integrada, abrangendo, no mínimo:

- a) fornecimento e ativação de linhas móveis pós-pagas;
- b) disponibilização de planos de voz e dados compatíveis com uso institucional;
- c) fornecimento de aparelhos celulares novos em regime de comodato;
- d) suporte técnico contínuo;
- e) reposição de chips e substituição de aparelhos defeituosos;
- f) disponibilização de plataforma de gestão e controle de consumo.

1.3. Os quantitativos previstos são **estimativos**, não gerando obrigação de contratação integral, sendo as execuções realizadas **sob demanda**, mediante emissão de **Ordem de Fornecimento**, nos termos do Sistema de Registro de Preços.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação legal será baseada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021, conforme art. 82, e suas alterações, de acordo com as exigências e demais condições e especificações dispostas neste Termo de Referência e seus Anexos conforme vemos abaixo.

2.2. A SEMASC executa políticas públicas de caráter contínuo, territorializado e intersetorial, demandando **comunicação móvel permanente, segura e eficiente** entre a sede administrativa, equipamentos socioassistenciais, equipes técnicas e profissionais em atuação externa.

2.3. A inexistência de estrutura própria de telecomunicações móveis inviabiliza a execução direta do objeto, sendo necessária a contratação de empresa especializada, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, e art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A inexistência da presente contratação comprometeria de forma significativa a coordenação das equipes administrativas e técnicas, a execução regular dos serviços socioassistenciais, o atendimento ao público, a articulação institucional entre unidades e parceiros e a eficiência administrativa, configurando risco concreto à continuidade e à efetividade das políticas públicas de assistência social executadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC. Diante desse cenário, a contratação revela-se indispensável, estratégica e vantajosa para a Administração Pública.

2.5 A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel pessoal, com fornecimento de linhas móveis, planos de voz e dados e aparelhos celulares em regime de comodato, mostra-se essencial para suprir a demanda por comunicação institucional eficiente, segura e flexível, compatível com as atividades administrativas, operacionais e externas desenvolvidas pela SEMASC.

2.6. A solução contratada deverá assegurar não apenas serviços de voz e mensagens, mas também acesso à internet móvel de qualidade, permitindo que os servidores e equipes técnicas utilizem recursos digitais,

sistemas corporativos, plataformas governamentais e ferramentas online indispensáveis ao desempenho de suas atribuições.

2.7. O fornecimento de aparelhos em **regime de comodato** mostra-se a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e operacional, por:

- a) eliminar custos de aquisição direta;
- b) reduzir riscos de obsolescência tecnológica;
- c) garantir padronização dos equipamentos;
- d) assegurar suporte e substituição durante a vigência contratual.

2.8. Considerando as características das atividades administrativas, operacionais e institucionais desenvolvidas pela SEMASC, torna-se imprescindível que a contratação contemple, além do fornecimento das **linhas móveis e dos planos de voz e dados**, também a prestação dos **serviços correlatos necessários à plena operacionalização da telefonia móvel**, tais como **fornecimento de aparelhos celulares em regime de comodato, ativação e configuração das linhas, suporte técnico contínuo, reposição de chips, substituição de equipamentos defeituosos e disponibilização de plataforma de gestão e controle de consumo**.

2.9. Tais serviços garantem não apenas a adequada infraestrutura de comunicação, mas também a **padronização tecnológica, a qualidade do serviço, a segurança da informação e a continuidade operacional**, contribuindo diretamente para a eficiência na execução das atividades institucionais da SEMASC.

2.10. Diante dos apontamentos e considerações apresentadas, conclui-se que a contratação dos serviços descritos no objeto mostra-se a alternativa mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e administrativo para o Município de Belford Roxo, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos, a melhoria da gestão institucional e a garantia da continuidade e eficiência dos serviços socioassistenciais.

3. DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, bem como do art. 16, inciso IV, do Decreto Municipal nº 5.934/2023, o parcelamento do objeto da contratação deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas à ampliação da competitividade e à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

3.2. Após análise técnica detalhada, verificou-se que o parcelamento do objeto **não se mostra técnica nem economicamente viável** para a presente contratação, pelos fundamentos a seguir expostos:

3.2.1. Unidade técnica do serviço: A prestação dos serviços de telefonia móvel pessoal - SMP, com fornecimento de linhas móveis, planos de voz e dados e aparelhos celulares em regime de comodato, constitui uma solução técnica integrada, cuja adequada execução depende da padronização tecnológica, da compatibilidade entre equipamentos, planos e sistemas de gestão, bem como da centralização do suporte técnico, sendo inviável assegurar uniformidade e interoperabilidade por meio da contratação de múltiplos fornecedores distintos.

3.2.2. Economia de escala: A contratação de uma única empresa especializada permite a otimização de custos operacionais e financeiros, abrangendo a gestão das linhas, fornecimento, substituição e manutenção dos aparelhos, suporte técnico, logística de entrega e reposição, bem como a obtenção de condições comerciais mais vantajosas em planos de linhas móveis de uso institucional. A fragmentação do objeto acarretaria perda de economia de escala e potencial aumento de custos para a Administração.

3.2.3. Eficiência na fiscalização e na gestão contratual: A execução do objeto por um único contratado facilita o acompanhamento, a fiscalização e o controle da execução contratual, permitindo verificação mais

eficaz da qualidade do serviço, do cumprimento dos níveis de serviço (SLA), da correta medição e faturamento, além de reduzir a sobrecarga administrativa da unidade gestora.

3.2.4. Riscos operacionais do parcelamento: A contratação de fornecedores distintos para linhas, aparelhos, planos de dados ou suporte técnico pode comprometer a continuidade do serviço, gerar incompatibilidades técnicas, dificultar a responsabilização por falhas e prejudicar a resposta a situações emergenciais, especialmente em atividades administrativas e operacionais que exigem comunicação imediata, contínua e confiável.

3.2.5. Adequação às especificidades da demanda: Embora a demanda por linhas e aparelhos possa variar ao longo da vigência contratual, a natureza do serviço de telefonia móvel exige respostas rápidas, integradas e homogêneas, com capacidade de ativação, substituição e suporte de forma coordenada, o que é melhor assegurado por um único fornecedor previamente estruturado para atender à totalidade da demanda institucional.

3.3. Diante do exposto, conclui-se que o **parcelamento do objeto** comprometeria a economicidade, a padronização tecnológica, a eficiência da gestão contratual e a continuidade dos serviços, motivo pelo qual **não será adotado nesta contratação**. Ressalta-se, ainda, que a contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, o que reforça a inadequação do parcelamento à natureza integrada, eventual e sob demanda das futuras contratações, em conformidade com a legislação vigente.

4. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO OU DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E PARTICIPAÇÃO DE SOCIEDADES COOPERATIVAS

4.1. Em conformidade com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, fica **vedada a participação de empresas sob a forma de consórcio** na presente licitação, cujo objeto consiste na **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP)**, com fornecimento de linhas móveis, planos de voz e dados e **aparelhos celulares em regime de comodato**, destinados ao atendimento das atividades administrativas, operacionais e institucionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC, pelo período de **12 (doze) meses**.

4.2. A vedação à participação de consórcios fundamenta-se nas seguintes justificativas técnicas, administrativas e operacionais:

4.2.1. Unidade técnica e operacional do objeto: A prestação dos serviços de telefonia móvel pessoal constitui **solução técnica integrada**, que exige padronização tecnológica, compatibilidade entre equipamentos, planos e sistemas de gestão, bem como **centralização de responsabilidades** quanto à qualidade do serviço, níveis de atendimento, faturamento, suporte técnico e substituição de equipamentos, o que se mostra incompatível com a estrutura consorcial, que fragmenta obrigações entre diferentes empresas.

4.2.2. Eficiência administrativa e celeridade na execução: O atendimento às demandas da SEMASC requer **agilidade, continuidade e simplicidade na gestão contratual**, especialmente em atividades administrativas e operacionais que dependem de comunicação móvel ininterrupta. A atuação de consórcios introduziria maior complexidade administrativa, dificultando a fiscalização, o controle da execução e a responsabilização por eventuais falhas.

4.2.3. Mitigação de riscos operacionais: A contratação de consórcios poderia gerar riscos relacionados à indefinição de responsabilidades, conflitos entre empresas consorciadas e dificuldades na solução de falhas técnicas, o que comprometeria a **continuidade, a confiabilidade e a estabilidade do serviço**, essenciais ao funcionamento das atividades da SEMASC.

4.2.4. Amparo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União: A vedação encontra respaldo em jurisprudência consolidada do TCU, que admite a restrição à participação de empresas em consórcio, desde que devidamente motivada no processo administrativo e no instrumento convocatório, conforme, entre outros, os seguintes precedentes:

a) **Acórdão nº 1.921/2022 – TCU – Plenário:** “É admissível a vedação à participação de empresas em consórcio desde que tal restrição esteja devidamente motivada no processo administrativo licitatório e no instrumento convocatório, em razão da natureza e complexidade do objeto.”

b) **Acórdão nº 325/2010 – TCU – Plenário:** “A vedação à participação de consórcios é possível quando demonstrado que a contratação demanda uniformidade de procedimentos, centralização de responsabilidades ou celeridade na execução.”

4.3. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que compatível com o objeto licitado e observados todos os requisitos legais de habilitação jurídica, qualificação técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal e trabalhista, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

4.3.1. A permissão encontra respaldo no entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, conforme:

a) **Acórdão nº 1.486/2017 – TCU – Plenário:** “É possível a participação de cooperativas em certames públicos, desde que observem as exigências legais e não haja afronta ao caráter competitivo da licitação.”

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A forma de contratação adotada será o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 5.934/2024, considerando a necessidade institucional de comunicação móvel no âmbito da SEMASC, **com contratações futuras e eventuais**, formalizadas **sob demanda**, mediante emissão de **Ordem de Fornecimento** decorrente da Ata de Registro de Preços.

5.2. Para fins de planejamento da contratação e estimativa de custos, considera-se o quantitativo máximo estimado de 80 (oitenta) linhas móveis de uso institucional, com o correspondente fornecimento de 80 (oitenta) aparelhos celulares em regime de comodato, definidos com base no levantamento das necessidades atuais da SEMASC, de seus setores administrativos e dos equipamentos socioassistenciais.

5.3. A utilização do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos a serem efetivamente utilizados ao longo da vigência contratual, uma vez que a necessidade de ativação, manutenção, substituição ou desativação de linhas e aparelhos poderá variar conforme a dinâmica administrativa e operacional da Secretaria.

5.4. A solução proposta consiste no **registro prévio de preços** para os serviços de telefonia móvel e para o fornecimento dos aparelhos em regime de comodato, possibilitando à Administração realizar contratações de forma parcelada e conforme a necessidade efetivamente verificada, mediante emissão de Ordens de Fornecimento, sem obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo estimado, em observância ao art. 82, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

5.5. A adoção do SRP visa mitigar riscos administrativos, evitar contratações emergenciais, permitir maior previsibilidade na gestão contratual e assegurar padronização tecnológica dos serviços e equipamentos utilizados, observados os princípios do planejamento, da eficiência e da economicidade.

5.6. Ressalta-se que as contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços estarão condicionadas à existência de necessidade administrativa devidamente justificada, à disponibilidade orçamentária e à manutenção da compatibilidade dos preços registrados com aqueles praticados no mercado, não havendo presunção automática de vantajosidade.

5.7. A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, sendo eventual prorrogação condicionada à demonstração formal da vantajosidade e da manutenção do interesse público.

5.8. A adesão à Ata de Registro de Preços por outros órgãos ou entidades somente será admitida quando expressamente autorizada, observados os limites legais, a compatibilidade do objeto, a capacidade de atendimento do fornecedor registrado e as disposições constantes do edital e da Ata.

5.9. Cada órgão participante ou aderente deverá observar rigorosamente os quantitativos máximos registrados, sendo vedada a extrapolação dos limites globais estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

5.10. As contratações decorrentes da Ata ocorrerão exclusivamente quando houver necessidade administrativa comprovada, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, caracterizando contratação futura e eventual, sem gerar direito subjetivo à contratação por parte do fornecedor registrado.

5.11. A Administração não se obriga a contratar a totalidade das 80 (oitenta) linhas e dos 80 (oitenta) aparelhos registrados, ficando o consumo restrito à demanda efetivamente verificada durante a vigência da Ata, em consonância com os princípios da economicidade, da razoabilidade e do interesse público.

5.12. Para fins de formulação e julgamento das propostas, adota-se a **quantidade mínima de 01 (uma) unidade por item**, exclusivamente para viabilizar a cotação e a comparação objetiva dos preços, não constituindo obrigação de contratação, conforme o art. 82, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A SEMASC designará, por ato formal, servidor ou comissão para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sendo o atendimento das demandas realizado mediante emissão de Ordem de Fornecimento, vinculada à Ata de Registro de Preços.

6.2. A execução do objeto compreenderá a ativação das linhas móveis de uso institucional, o fornecimento dos aparelhos celulares em regime de comodato, a disponibilização dos planos de voz e dados, bem como a prestação dos serviços de suporte técnico, gestão e manutenção, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.3. A fiscalização técnica do contrato deverá verificar e atestar que os serviços prestados atendem às especificações mínimas exigidas, ou àquelas superiores eventualmente ofertadas pela contratada, registrando todas as ocorrências no histórico de gerenciamento do contrato, com a descrição das providências necessárias à regularização de eventuais falhas ou desconformidades, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Identificada qualquer inexecução, falha técnica ou irregularidade na execução dos serviços, a comissão ou o fiscal designado deverá notificar formalmente a contratada, fixando prazo razoável para a correção, conforme dispõe o art. 22, inciso III, do Decreto nº 11.246/2022.

6.5. Sempre que a situação demandar decisão ou adoção de providências que extrapolem a competência do fiscal, este deverá comunicar tempestivamente ao gestor do contrato, para que sejam adotadas as medidas administrativas cabíveis, conforme o art. 22, inciso IV, do Decreto nº 11.246/2022.

6.6. O fiscal administrativo do contrato será responsável por acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como os procedimentos relativos ao empenho, pagamento, garantias, eventuais glosas, apostilamentos e termos aditivos, podendo solicitar documentos comprobatórios sempre que necessário, nos termos do art. 23, incisos I e II, do Decreto nº 11.246/2022.

6.7. Em caso de descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo deverá atuar de forma tempestiva para a solução do problema, comunicando ao gestor do contrato quando a situação ultrapassar sua competência, conforme art. 23, inciso IV, do Decreto nº 11.246/2022.

6.8. Constatada irregularidade na prestação dos serviços, a contratada ficará obrigada a regularizar a execução, incluindo, quando aplicável, a substituição de linhas, chips ou aparelhos defeituosos, sem ônus adicional para a Administração, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

6.9. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

6.9.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência própria, contada da data de sua assinatura, conforme estabelecido no respectivo instrumento contratual.

6.9.2. A celebração do contrato deverá ocorrer dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

6.9.3. A vigência do contrato poderá ultrapassar a vigência da Ata, desde que tenha sido formalizado durante o prazo de validade desta, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

6.10. A execução do objeto dar-se-á sob demanda, no âmbito do Sistema de Registro de Preços, sem caracterizar obrigação de consumo integral dos quantitativos registrados, observadas as condições contratuais.

6.11. O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo recebimento provisório e recebimento definitivo.

6.12. O **recebimento provisório** ocorrerá no prazo máximo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados da ativação das linhas móveis, da entrega dos aparelhos em regime de comodato ou da prestação dos serviços solicitados por meio da respectiva Ordem de Fornecimento, mediante verificação preliminar da conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

6.12.1. O recebimento provisório consistirá na conferência quantitativa e na verificação inicial do funcionamento dos serviços, abrangendo, no mínimo:

- a) ativação das linhas móveis;
- b) funcionamento dos serviços de voz e dados;
- c) entrega dos aparelhos conforme especificação;
- d) integridade física dos equipamentos;
- e) regularidade da documentação e identificação dos dispositivos.
- f) apresentação das notas fiscais dos aparelhos fornecidos em regime de comodato, comprovando tratar-se de equipamentos novos, não reconicionados, em conformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência

6.12.2. Constatada qualquer irregularidade, falha técnica ou desconformidade, o fiscal do contrato notificará formalmente a contratada, fixando prazo razoável para correção, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.13. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após verificação detalhada da adequação dos serviços e equipamentos às exigências contratuais, incluindo testes de desempenho, estabilidade do sinal, compatibilidade dos aparelhos e regularidade da prestação dos serviços.

6.13.1. O recebimento definitivo será formalizado mediante ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal ou comissão designada, certificando que o objeto foi executado em conformidade com as especificações técnicas e contratuais.

6.14. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, administrativa ou técnico-profissional da contratada pela perfeita execução do objeto, nem impede a Administração de exigir reparações por vícios, defeitos ou irregularidades constatadas posteriormente.

6.15. Caso, após o recebimento definitivo, sejam identificadas falhas ou vícios na execução do objeto, a contratada deverá proceder à correção ou substituição necessária, no prazo estipulado pela Administração, sem ônus adicional, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO PRODUTO A SER EXIGIDO E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. Os aparelhos celulares fornecidos em regime de comodato, bem como os serviços de suporte técnico associados, deverão contar com **garantia mínima de 12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento definitivo pela Administração, abrangendo defeitos de fabricação, falhas de funcionamento, vícios de material ou montagem, sem prejuízo da aplicação das normas previstas no Código de Defesa do Consumidor, no que couber.

7.2. A garantia compreenderá, sem ônus para a Administração, a manutenção corretiva, o reparo ou a substituição dos aparelhos, sempre que constatado defeito ou mau funcionamento não decorrente de uso inadequado por parte do usuário, incluindo todos os custos relacionados a transporte, logística, deslocamento técnico, mão de obra e fornecimento de peças ou equipamentos substitutos.

7.3. Os aparelhos fornecidos deverão ser entregues acompanhados de manual de instruções em língua portuguesa, bem como das informações relativas à garantia e aos canais de atendimento técnico disponibilizados pela contratada ou pela operadora responsável.

7.4. A contratada deverá assegurar a disponibilidade de suporte técnico e assistência especializada, diretamente ou por meio de rede autorizada, preferencialmente localizada no Município de Belford Roxo ou na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apta a realizar manutenção, reparos e substituições durante toda a vigência contratual.

7.5. Constatado defeito de fabricação ou falha de funcionamento durante o período de garantia, a contratada deverá providenciar o reparo ou a substituição do aparelho no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da comunicação formal da Administração, devendo, quando necessário, disponibilizar aparelho substituto para assegurar a continuidade do serviço.

7.6. Durante o período de garantia e vigência do contrato, não poderão ser cobrados quaisquer custos adicionais da Administração, incluindo, mas não se limitando a despesas com transporte, deslocamento, mão de obra, peças, equipamentos substitutos ou serviços técnicos, sendo tais encargos de inteira responsabilidade da contratada.

8. VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO

8.1. A estimativa do valor máximo da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, conforme registrado no Estudo Técnico Preliminar, bem como em planilha comparativa anexo I do ETP, contendo contratações similares realizadas por 03 (três) órgãos da Administração Pública, cujos objetos e características são compatíveis com o objeto desta contratação.

8.2. A pesquisa considerou valores unitários praticados no mercado e a projeção do custo para o período de **12 (doze) meses**, observando os princípios da razoabilidade, economicidade e compatibilidade com o objeto.

8.3. O valor estimado no ETP foi adotado como valor máximo aceitável para fins de contratação, servindo de referência para a formulação das propostas no certame, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

8.4. A planilha de levantamento de preços integra o processo administrativo, dispensando sua reapresentação neste Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
	Assinatura de serviços de dados e voz, com franquia de dados de 35 GB, tecnologia 3G/4G/5G, com uso ilimitado com redução de velocidade após franquia e serviço de voz, com ligações para qualquer operadora, locais e					

01	interurbanas (VC1, VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMS (limitados a 1000 por mês) e Comodato referente a aparelho Smartphones com Aparelho smartphone em regime de comodato: equipamento novo, homologado pela ANATEL, com conectividade 4G e/ou 5G, Wi-Fi, Bluetooth e GPS, com desempenho compatível com uso institucional intensivo (aplicativos de gestão, comunicação e sistemas governamentais), memória interna mínima de 128 GB (ou superior), memória RAM compatível com desempenho estável, bateria de longa duração (mín. 5.000 mAh ou equivalente), tela em tamanho compatível com leitura e uso em campo, câmera funcional para registros administrativos, e sistema operacional atualizado e com suporte ativo do fabricante, com atualizações de segurança durante a vigência contratual.	Linha/ mês	79	R\$ 264,10	R\$ 20.863,90	R\$ 250.366,80
02	Assinatura de serviços de dados e voz, com franquia de dados de 50 GB, tecnologia 3G/4G/5G, com uso ilimitado com redução de velocidade após franquia e serviço de voz, com ligações para qualquer operadora, locais e interurbanas (VC1, VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMS (limitados a 1000 por mês) e Comodato referente a aparelho Smartphones Aparelho smartphone em regime de comodato: equipamento novo, homologado pela ANATEL, com conectividade 4G e/ou 5G, Wi-Fi, Bluetooth e GPS, com desempenho compatível com uso institucional intensivo (aplicativos de gestão, comunicação e sistemas governamentais), memória interna mínima de 128 GB (ou superior), memória RAM compatível com desempenho estável, bateria de longa duração (mín. 5.000 mAh ou equivalente), tela em tamanho compatível com leitura e uso em campo, câmera funcional para registros administrativos, e sistema operacional atualizado e com suporte ativo do fabricante, com atualizações de segurança durante a vigência contratual.	Linha/ mês	1	R\$ 294,26	R\$ 294,26	R\$ 3.531,12
	TOTAL		80		R\$ 21.158,16	R\$ 253.897,92

8.5. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 253.897,92 (duzentos e cinquenta e três mil oitocentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos)**, conforme a planilha de levantamento de preços, anexo ao Estudo Técnico Preliminar.

8.6. O custo estimado total da contratação se baseia em 12 (doze) meses, conforme Estudo Técnico Preliminar.

9. DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

9.1. A presente despesa correrá à conta da seguinte indicação orçamentária:

Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Fonte de Recursos
01.08.122.001.2.094	3.3.90.40.00	1500
01.08.245.034.2.100	3.3.90.40.00	1660/1661

01.08.245.034.2.101	3.3.90.40.00	1660/1661
---------------------	--------------	-----------

10. DO TRATAMENTO FAVORECIDO PARA MICROEMPRESAS E EPP

10.1. O presente procedimento licitatório observará o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Considerando a natureza do objeto e a justificativa técnica constante do item 3 deste Termo de Referência quanto à inviabilidade de parcelamento, não será adotada reserva de itens ou lotes exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, por inexistir fracionamento possível sem prejuízo à integração técnica da solução.

10.3. Será assegurada às microempresas e empresas de pequeno porte:

10.3.1. A aplicação do critério de desempate, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006;

10.3.2. A possibilidade de regularização fiscal posterior, no prazo legal, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006;

10.3.3. A fruição dos demais benefícios previstos na legislação específica, desde que não comprometam a execução adequada do objeto.

10.4. A aplicação do tratamento diferenciado observará, em qualquer hipótese, a viabilidade técnica e operacional da execução do objeto, não sendo admitida quando resultar em prejuízo à eficiência administrativa, à continuidade do serviço ou à economicidade da contratação.

10.5. O disposto neste item observa, ainda, o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, sem afastar os princípios da eficiência, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

11. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, por meio do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 5.934/2024.

12. DA CARACTERÍSTICAS DO BEM – COMUM OU ESPECIAL

12.1. Trata-se de serviço comum e contínuo, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, permitindo julgamento pelo critério de menor preço.

12.1.1. Ademais, por se tratar de serviço cuja execução se prolonga no tempo e é indispensável à manutenção das atividades administrativas e operacionais da SEMASC, caracteriza-se também como serviço contínuo, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se prorrogações sucessivas até o limite legal, desde que demonstrada a vantajosidade.

12.2. Quanto à natureza da execução, as contratações decorrentes da Ata ocorrerão **sob demanda**, mediante emissão de **Ordem de Fornecimento**, sem obrigatoriedade de consumo integral do quantitativo estimado, nos termos do SRP.

12.3. Embora haja **faturamento/medição periódica** conforme os serviços efetivamente prestados e as linhas efetivamente ativas, a dinâmica de contratação permanecerá vinculada ao SRP e às Ordens de Fornecimento, observadas as condições de ativação, manutenção, suporte e substituição previstas no instrumento contratual.

13. DO PRAZO DE VALIDADE CONDIÇÕES DA PROPOSTA E EXIGENCIA DE AMOSTRA

13.1. Os preços e as condições propostas são de exclusiva responsabilidade da licitante, que os assume como firmes, completos e exequíveis, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração posterior sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.2. Na apresentação da proposta, a licitante deverá observar rigorosamente a descrição do objeto e as condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, devendo informar de forma clara e objetiva, no mínimo:

- a) o valor unitário mensal por linha/serviço, conforme cada item;
- b) o valor total correspondente ao período de 12 (doze) meses;
- c) a descrição detalhada dos planos de voz e dados ofertados, incluindo franquia, velocidade, cobertura e demais características técnicas;
- d) a marca e o modelo dos aparelhos fornecidos em regime de comodato;
- e) as especificações técnicas dos aparelhos, compatíveis com as exigências mínimas estabelecidas neste Termo de Referência;
- f) eventual oferta de diferenciais técnicos, desde que não impliquem custos adicionais à Administração.

13.3. A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública do certame, conforme prática administrativa e legislação vigente.

13.4. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos fiscais, trabalhistas, administrativos, logística de entrega, ativação das linhas, fornecimento dos aparelhos em regime de comodato, suporte técnico, substituição de equipamentos, manutenção, reposição de chips e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços, não podendo resultar em ônus adicional para o Município de Belford Roxo.

13.5. Os preços registrados permanecerão válidos durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sendo utilizados como referência para as futuras e eventuais contratações decorrentes, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

13.6. Não será exigida a apresentação de amostras, prova de conceito, visita técnica ou testes prévios, considerando que o objeto consiste na prestação de serviços padronizados de telecomunicações amplamente disponíveis no mercado, cuja conformidade será verificada no momento da execução contratual, mediante fiscalização designada pela Administração, incluindo verificação de ativação das linhas, funcionamento dos aparelhos, qualidade do sinal e cumprimento das especificações técnicas.

14. DA QUALIFICAÇÃO – REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA

A.1) Pessoa física: cédula de identidade (RG) e (CPF) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional. (Art.68, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

A.2) Registro comercial, no caso de empresário individual.

A.3) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado.

A.3.a) Cópia da Identidade e CPF dos sócios no Cadastro Social.

A.4) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

A.4.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

A.5) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

A.6) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

A.7). Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(B) – HABILITAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA

B.1) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, desde que já exigíveis e apresentados na forma da lei, incluindo Termo de Abertura e Encerramento do livro contábil acompanhado das notas explicativas e demais demonstrações contábeis, conforme dispõe o art. 69 inciso I da Lei nº 14.133/2021.

B.1.a). Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

B.1.b). Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

B.1.c). Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.

B.1.d) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que maior que 1. Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO}{PASSIVO\ CIRCULANTE + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE}$$

B.1.e) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1. Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

B.1.f) Índice de Endividamento (IE) menor ou igual a 1. Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$IE = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

B.1.2). Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

B.1.2.1). Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

B.1.2.2). Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

B.1.2.2.1). Quando se tratar de sociedade constituída no exercício atual, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

B.2) A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá a empresa apresentar capital social mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

B.2.1). O balanço patrimonial e demonstrativo do exercício do resultado deverá ser apresentado na forma dos arts. 1.078, 1.079 e 1.186 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro) e atendendo as Normas Brasileiras de Contabilidade e Instruções do Conselho Federal de Contabilidade, o mesmo se aplica as demais demonstrações contábeis.

B.2.2). Ressalvada a apresentação pelos Microempreendedores Individuais (MEI), devendo ser apresentado documento equivalente.

B.3) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

B.2.3) Caso a Licitante não seja sediada na Comarca de Belford Roxo deverá apresentar, juntamente com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e insolvência civil.

(C) – HABILITAÇÃO FISCAL

C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF. (Art. 68, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação. (Art. 68, I, Lei Federal nº 14.133/2021).

C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos: (art. 68, III, § 2º, Lei Federal nº 14.133/2021).

C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa.

C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa;

C.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF-FGTS. (Art.68, IV, § 2º, Lei Federal nº 14.133/2021).

(D) – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA

D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo VI, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo. (Art. 68, V, Lei Federal nº 14.133/2021)

(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

E.1) Comprovação de aptidão para a prestação de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), incluindo fornecimento de linhas móveis, planos de voz e dados e, quando aplicável, fornecimento de aparelhos em regime de comodato ou locação.

E.2) A licitante deverá comprovar que está devidamente autorizada a prestar serviços de telecomunicações no território nacional, mediante apresentação de:

a) comprovante de autorização ou outorga expedida pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

E.3) Os atestados de capacidade técnica deverão conter, no mínimo:

- a) identificação da entidade emitente (nome, CNPJ e contato);
- b) identificação da empresa executora;
- c) descrição do objeto executado (serviços de telefonia móvel, fornecimento de linhas, planos de dados e voz ou serviços equivalentes);
- d) período de execução do serviço;

e) declaração de que os serviços foram prestados de forma satisfatória.

E.4) Será admitida a apresentação de mais de um atestado para fins de comprovação da capacidade técnica mínima exigida, desde que, em conjunto, demonstrem a aptidão da licitante para executar o objeto desta contratação.

E.5) Não será exigida comprovação de quantitativos mínimos excessivos ou desproporcionais, em observância aos princípios da competitividade, razoabilidade e isonomia, conforme o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

E.6) A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade e a veracidade das informações constantes nos atestados apresentados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

F) – DA NÃO EXIGÊNCIA DAS AMOSTRAS.

F.1) Considerando que o objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços de telefonia móvel pessoal, com fornecimento de linhas móveis, planos de voz e dados e aparelhos celulares em regime de comodato, não será exigida a apresentação de amostras.

F.2) A exigência de amostras não se mostra adequada nem eficaz para a avaliação do objeto, uma vez que a qualidade da prestação contratual não pode ser aferida por meio de unidades isoladas, mas sim pela capacidade operacional da contratada, pela conformidade dos serviços com as especificações técnicas, pela cobertura de sinal, pela estabilidade do serviço, pelo cumprimento dos níveis de atendimento e pela efetiva prestação do suporte técnico durante a execução contratual.

F.3) Ademais, a eventual apresentação de aparelhos celulares como amostra não garantiria a equivalência com os equipamentos efetivamente fornecidos ao longo da vigência da Ata de Registro de Preços, tampouco permitiria aferir aspectos essenciais do objeto, tais como gestão das linhas, continuidade do serviço, substituição de equipamentos, atendimento técnico e faturamento.

F.4) A comprovação da capacidade técnica da licitante será realizada por meio de atestados de capacidade técnica operacional, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação, bem como pelos demais documentos previstos nos requisitos de habilitação técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

F.5) Dessa forma, a dispensa da exigência de amostras preserva a competitividade do certame, evita ônus desnecessários aos licitantes e mostra-se compatível com a natureza do objeto, atendendo aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e julgamento objetivo.

15. DO PRAZO DE CONTRATO, DA ASSINATURA E PRORROGAÇÃO

15.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

15.2. Os contratos ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência própria, definida no respectivo instrumento, podendo ultrapassar a vigência da Ata, desde que celebrados durante seu prazo de validade, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Tratando-se de serviço de natureza contínua sob demanda, o contrato decorrente da Ata poderá ter vigência inicial de até 12 (doze) meses, admitida prorrogação sucessiva, desde que demonstrada, a cada exercício, a vantajosidade da manutenção do ajuste, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado e o interesse público, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, observado o limite máximo de 10 (dez) anos.

15.4. A contratada será convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços ou do contrato decorrente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, podendo este prazo

ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração.

15.5. O não comparecimento injustificado para assinatura da Ata ou do contrato, no prazo estabelecido, ensejará a aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da convocação dos demais licitantes, observada a ordem de classificação.

16. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E INDISPENSÁVEIS

16.1. Os requisitos da contratação foram definidos de forma objetiva, proporcional e estritamente necessária ao atendimento da necessidade pública identificada, observando-se os princípios da razoabilidade, competitividade, isonomia, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos dos arts. 11, 18 e 23 da Lei nº 14.133/2021.

16.2. A empresa contratada deverá ser devidamente autorizada pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL para prestação de Serviço Móvel Pessoal (SMP), mantendo sua regularidade durante toda a execução contratual.

16.3. Os serviços contratados deverão contemplar, no mínimo:

- a) fornecimento e ativação de linhas móveis pós-pagas;
- b) planos de voz com chamadas ilimitadas para qualquer operadora, locais e interurbanas (VC1, VC2 e VC3);
- c) franquia de dados conforme especificado no Termo de Referência, com manutenção da conectividade após o consumo da franquia, ainda que com redução de velocidade;
- d) envio de mensagens SMS conforme especificado;
- e) fornecimento de aparelhos celulares novos, em regime de comodato;
- f) substituição de aparelhos defeituosos sem ônus adicional;
- g) suporte técnico contínuo;
- h) disponibilização de plataforma de gestão e controle de consumo.

16.4. Os aparelhos fornecidos deverão:

- a) ser novos e homologados pela ANATEL;
- b) possuir conectividade 4G e/ou 5G, Wi-Fi, Bluetooth e GPS;
- c) possuir memória interna mínima de 128GB ou superior;
- d) possuir bateria com capacidade mínima de 5.000 mAh ou equivalente;
- e) possuir sistema operacional atualizado e com suporte ativo do fabricante durante a vigência contratual.

16.5. A ativação das linhas deverá ocorrer no prazo máximo definido no contrato ou na Ordem de Fornecimento, contado da solicitação formal da Administração.

16.6. A contratada deverá disponibilizar canais permanentes de atendimento técnico e suporte, com funcionamento ininterrupto, inclusive para bloqueio de linhas, reposição de chips e solução de falhas.

16.7. A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato:

- a) regularidade junto à ANATEL;
- b) regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- c) capacidade técnica e operacional compatível com o objeto contratado.

16.8. Todos os custos necessários à execução do contrato, inclusive tributos, taxas, encargos administrativos, ativação de linhas, fornecimento e substituição de aparelhos, logística, suporte técnico e manutenção, estarão incluídos no valor contratado, não sendo admitidos ônus adicionais para a Administração.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

17.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, designando servidor ou comissão formalmente designada, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como atestar nas notas fiscais a efetiva prestação dos serviços de telefonia móvel e o fornecimento dos aparelhos em regime de comodato.

17.2. Verificar se os serviços prestados e os equipamentos fornecidos atendem às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta da contratada e nas cláusulas contratuais, podendo vetar ou recusar aqueles que se mostrarem inadequados ou em desacordo com as exigências aplicáveis, bem como para acompanhar a ativação de linhas, a entrega de aparelhos, a substituição de equipamentos e a regularidade dos serviços.

17.3. Designar servidor ou Comissão para proceder ao recebimento provisório e definitivo do objeto, quando aplicável, desde que devidamente atestada a execução do objeto.

17.4. Efetuar os pagamentos devidos à contratada, nas condições, prazos e formas estabelecidas no contrato, na Ata de Registro de Preços e na legislação vigente.

17.5. Receber o objeto nas condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, compreendendo a prestação dos serviços de telefonia móvel, a disponibilização das linhas, a entrega dos aparelhos em comodato e o suporte técnico contratado.

17.6. Fornecer à contratada, quando necessário, informações, autorizações e dados institucionais estritamente necessários à execução do objeto, observadas as normas de segurança da informação e de proteção de dados pessoais.

17.7. Aplicar à contratada as sanções administrativas cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do edital, do contrato e da Ata de Registro de Preços, em caso de inadimplemento contratual ou descumprimento das obrigações assumidas.

17.8. Solicitar a substituição de aparelhos, chips ou serviços que não atendam às especificações técnicas, apresentem defeitos, falhas ou desempenho inadequado, sem ônus adicional para a Administração, observadas as condições de garantia e de nível de serviço estabelecidas.

17.9. Notificar formalmente a contratada, por escrito, acerca da ocorrência de falhas, irregularidades ou desconformidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo razoável para a adoção das medidas corretivas necessárias.

17.10. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos praticados pela contratada, seus empregados, prepostos ou representantes, cabendo-lhe responder integralmente por tais ocorrências.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.1. Prestar os serviços de telefonia móvel pessoal em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos estimados, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, assegurando o atendimento adequado às necessidades da Administração.

- 18.2.** Disponibilizar e manter ativas as linhas móveis e os respectivos aparelhos fornecidos em regime de comodato, observadas as condições pactuadas, garantindo regularidade, continuidade e qualidade mínima do serviço.
- 18.3.** Fornecer aparelhos novos, compatíveis com as especificações técnicas exigidas, acompanhados dos acessórios essenciais e prontos para uso, responsabilizando-se por sua substituição em caso de defeito, mau funcionamento ou desconformidade.
- 18.4.** Realizar a ativação, substituição, reposição ou desativação de linhas e aparelhos sempre que solicitado pela Administração, nos prazos estabelecidos no contrato ou na Ordem de Fornecimento.
- 18.5.** Prestar suporte técnico contínuo, remoto ou presencial quando necessário, solucionando falhas, instabilidades ou interrupções na prestação do serviço.
- 18.6.** Substituir, sem ônus para a Administração, aparelhos que apresentarem defeitos de fabricação ou falhas durante o período de garantia ou da vigência contratual.
- 18.7.** Manter sistema ou plataforma de gestão que permita o acompanhamento do consumo, da situação das linhas e da execução contratual, quando previsto.
- 18.8.** Comunicar formalmente à fiscalização do contrato qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do objeto, indicando medidas corretivas adotadas.
- 18.9.** Assumir integral responsabilidade por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, inclusive por atos de seus empregados, representantes ou prepostos.
- 18.10.** Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.
- 18.11.** Emitir fatura mensal em conformidade com os serviços efetivamente prestados, apresentando-a para ateste e pagamento.
- 18.12.** Cumprir todas as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 5.934/2023 e demais normas aplicáveis ao objeto.
- 18.13.** O não comparecimento da licitante vencedora para assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração, ensejará a aplicação das sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da convocação dos demais licitantes, se for o caso.

19. DA PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL

- 19.1.** Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração, devendo ser avaliada à luz da natureza do objeto, dos riscos envolvidos na contratação e da proporcionalidade da medida.
- 19.2.** No caso da presente contratação, entende-se **não ser necessária a exigência de garantia contratual**, considerando os seguintes fundamentos técnicos e jurídicos:
- 19.2.1.** A contratação envolve serviços prestados de forma contínua sob demanda, com **pagamento condicionado à efetiva prestação**, mediante aferição mensal e fiscalização contratual, o que reduz significativamente o risco financeiro para a Administração;
- 19.2.2.** O fornecimento dos aparelhos ocorre em **regime de comodato**, permanecendo os bens sob propriedade da contratada, o que mitiga riscos relacionados à perda patrimonial ou inadimplemento contratual;

19.2.3. Os riscos operacionais associados ao objeto são considerados **controláveis e de baixa complexidade**, sendo adequadamente mitigados por meio das cláusulas contratuais de fiscalização, sanções administrativas, glosas, substituição de equipamentos e níveis mínimos de serviço, conforme previsto neste Termo de Referência;

19.2.4. A exigência de garantia contratual, neste caso, poderia **onerar excessivamente a contratação**, com potencial impacto negativo sobre a competitividade do certame, sem correspondente ganho relevante à segurança da execução contratual.

19.3. Ressalta-se que a **dispensa da garantia contratual não afasta a responsabilidade integral da contratada** pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas, permanecendo plenamente aplicáveis as penalidades administrativas, indenizações por danos, sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais instrumentos de controle contratual.

19.4. Caso, no curso da execução contratual, sejam identificados riscos supervenientes relevantes ou situações que justifiquem o reforço das garantias inicialmente dispensadas, a Administração poderá reavaliar a necessidade de exigência de garantia, observados os limites e procedimentos legais.

20. – DA PREVISÃO DAS CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO OU JUSTIFICATIVA PARA SUA VEDAÇÃO PRETENDIDA

20.1. A subcontratação **não será admitida** para a execução do objeto principal da contratação. A vedação à subcontratação fundamenta-se na necessidade de **centralização de responsabilidades técnicas, operacionais e contratuais**, considerando que:

- a) a prestação do serviço exige padronização tecnológica, integração entre serviços e equipamentos e gestão unificada;
- b) a fragmentação da execução contratual dificultaria a fiscalização, o controle da qualidade e a responsabilização por eventuais falhas;
- c) a contratada deverá ser integralmente responsável pelo fornecimento, funcionamento, suporte e substituição dos aparelhos e serviços contratados.

20.2. Eventuais contratações acessórias pela contratada, tais como serviços de logística, transporte ou assistência técnica especializada, quando admitidas, **não caracterizarão subcontratação do objeto**, permanecendo a contratada **integralmente responsável** perante a Administração por todas as obrigações assumidas.

20.3. A vedação à subcontratação encontra respaldo no art. 122 da Lei nº 14.133/2021, bem como em entendimentos consolidados dos órgãos de controle, quando demonstrada a necessidade de preservação da eficiência, da segurança e da adequada gestão contratual.

21. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

21.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo a cada parte responder pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos limites de suas responsabilidades contratuais e legais.

21.2. As comunicações entre a Contratante e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais para esse fim.

21.3. A Contratante poderá convocar representante formal da empresa contratada sempre que necessário, para adoção de providências relacionadas à adequada execução do objeto contratual.

21.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, poderá ser realizada reunião inicial entre a Contratante e a Contratada, destinada à apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre:

- a) obrigações contratuais;
- b) mecanismos de acompanhamento e fiscalização;
- c) fluxos de comunicação;
- d) estratégias para execução do objeto;
- e) metodologia de aferição dos resultados.

21.5. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas por servidor(es) ou comissão formalmente designada(s), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022.

21.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, mantendo registros formais da execução contratual no histórico de gerenciamento do contrato, incluindo, entre outros (*Decreto nº 11.246/2022, art. 21, IV*):

- a) ordens de fornecimento;
- b) registros de ocorrências;
- c) comunicações formais;
- d) eventuais alterações contratuais;
- e) relatórios de acompanhamento da execução.

21.7. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, consolidando as informações e comunicando à autoridade superior as situações que ultrapassarem sua competência. (*Decreto nº 11.246/2022, art. 21, II*).

21.8. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho, liquidação e pagamento da despesa, registrando eventuais ocorrências que possam impactar o fluxo regular da execução contratual. (*Decreto nº 11.246/2022, art. 21, III*).

21.9. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com registro do desempenho na execução contratual, para fins de controle administrativo. (*Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VIII*).

21.10. O gestor do contrato deverá adotar as providências administrativas necessárias para a formalização de procedimentos internos relacionados à execução contratual, quando cabíveis, observada a legislação aplicável. (*Decreto nº 11.246/2022, art. 21, X*).

21.11. Ao término da vigência contratual, o gestor do contrato deverá elaborar relatório final contendo informações sobre a consecução dos objetivos que motivaram a contratação, bem como recomendações para o aprimoramento das futuras contratações. (*Decreto nº 11.246/2022, art. 21, VI*).

21.12. O gestor do contrato encaminhará a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com base nos atestes emitidos pela fiscalização, nos termos do contrato.

22. DOS CRITÉRIOS E PRAZOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

22.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser apresentada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC, no endereço Av. Retiro da Imprensa, nº 1423/1455, Piam, Belford Roxo/RJ, CEP 26112-180, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas, bem como devidamente atestada pelos servidores designados para fiscalização do contrato.

22.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, obrigatoriamente, o mesmo CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, bem como o número da Nota de Empenho correspondente, não sendo admitidos documentos fiscais emitidos com CNPJ diverso.

22.3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados do atesto da Nota Fiscal/Fatura, após a comprovação da correta execução dos serviços e do cumprimento das obrigações contratuais.

22.4. O pagamento ficará condicionado à comprovação de que a contratada se encontra regular perante as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, bem como quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias.

22.5. Havendo divergência entre a Ordem de Fornecimento, os serviços efetivamente prestados e a Nota Fiscal/Fatura apresentada, o pagamento ficará suspenso até o saneamento das irregularidades, iniciando-se novo prazo após a regularização.

23. DOS CRITERIOS DE REAJUSTAMENTO COM INDICAÇÃO DO ÍNDICE GERAL OU SETORIAL

23.1. Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, os preços registrados na Ata de Registro de Preços permanecerão fixos e irrevogáveis durante o período de vigência da Ata, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas de revisão de preços para preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

23.2. O reajustamento de preços, entendido como a recomposição ordinária decorrente da variação inflacionária, não se aplica aos preços registrados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, uma vez que o SRP pressupõe a manutenção dos valores registrados como condição de estabilidade e previsibilidade das futuras contratações.

23.3. Os preços contratados serão irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, admitindo-se reajuste anual, mediante requerimento expresso e fundamentado da contratada, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses e utilizando-se como índice oficial o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

23.3.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data-base estabelecida no contrato ou dos efeitos financeiros do último reajuste concedido.

23.3.2. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência contratual e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão.

23.3.3. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, será adotado índice substituto definido pela legislação vigente ou, na ausência, outro índice oficial acordado entre as partes por meio de termo aditivo.

23.4. A solicitação de revisão deverá ser formalmente apresentada pela empresa registrada, instruída com justificativa técnica detalhada, documentação comprobatória da efetiva alteração dos custos e memória de cálculo, cabendo à Administração Pública a análise da pertinência, razoabilidade e compatibilidade com os preços praticados no mercado.

23.5. Na hipótese de deferimento da revisão, os novos valores aprovados passarão a vigorar exclusivamente para as futuras Ordens de Fornecimento ou Contratos decorrentes da Ata, sendo vedada qualquer forma de aplicação retroativa.

23.6. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato poderá ocorrer por meio de revisão de preços, nos termos do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021, quando comprovada a ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

23.6.1. O pedido de revisão deverá ser devidamente instruído e formalizado durante a vigência contratual ou, em caso de prorrogação, antes da assinatura do respectivo termo aditivo.

23.6.2. A revisão poderá ser requerida a qualquer tempo, observado o prazo prescricional de 5 (cinco) anos contados da data do evento ensejador do desequilíbrio

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES.

24.1. A inexecução do objeto, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 sujeita o contratado, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida;
- c) multa compensatória de 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, de acordo com a gravidade da infração;
- d) multa de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato em caso de rescisão por culpa do contratado;
- e) impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos.

24.1.1. A aplicação de multa igual ou inferior a 5% (cinco por cento) do valor do contrato e da penalidade de advertência poderá ser realizada pelo fiscal do contrato, assegurado prazo de defesa de 15 (quinze) dias úteis.

24.1.2. Nos demais casos, a sanção será imposta pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação, devendo ser instituída comissão para apuração nos casos de impedimento de licitar e declaração de inidoneidade, observado o procedimento previsto no Decreto Municipal nº 5.933.

24.1.3. As sanções previstas nas alíneas a, e e f poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções pecuniárias.

24.2. Os valores das multas serão deduzidos dos créditos do contratado, podendo ser retida a garantia contratual e promovida a inscrição em dívida ativa em caso de insuficiência.

24.3. A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato nem afasta o dever de reparação integral dos danos causados à Administração.

24.4. A aplicação das sanções observará o disposto na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 5.933.

24.5. A dosimetria das penalidades observará os critérios previstos no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

24.6. A notificação do contratado poderá ocorrer por qualquer meio que assegure a certeza de ciência.

24.7. A prática de atos previstos na Lei nº 12.846/2013 será apurada em autos próprios.

25. DEMAIS CONDIÇÕES À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO

25.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão de a necessidade de contratação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP), com fornecimento de linhas móveis, planos de voz e dados e aparelhos celulares em regime de comodato, ocorrer de forma futura, eventual e variável, não sendo possível definir previamente o momento exato das ativações, substituições ou ampliações das linhas ao longo da vigência da Ata.

25.2. O Sistema de Registro de Preços permite à Administração registrar previamente os valores unitários dos serviços, assegurando condições vantajosas, sem obrigatoriedade de contratação imediata ou integral dos quantitativos estimados, conferindo maior flexibilidade, eficiência administrativa e economicidade, nos termos dos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021.

25.3. O órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC, responsável pela condução do procedimento licitatório, pelo gerenciamento da Ata,

pelo controle dos quantitativos registrados, pela autorização das contratações decorrentes e pela fiscalização da execução contratual.

25.4. Não haverá órgãos ou entidades participantes da Ata de Registro de Preços, figurando a SEMASC como único órgão demandante, tendo em vista que o objeto da contratação destina-se exclusivamente ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Secretaria e de seus equipamentos socioassistenciais.

25.5. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação do fornecedor vencedor, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração, nos termos da legislação vigente.

26. DISPOSIÇÕES GERAIS.

26.1. Antes de apresentar a proposta, a licitante deverá realizar todos os levantamentos essenciais, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços ou alteração de qualidade.

26.2. Para as sanções administrativas serão levadas em conta a legislação federal que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos.

26.3. Os procedimentos e dúvidas suscitadas terão como diretriz o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

26.4. O preço total proposto deverá considerar a consecução do objeto da presente cotação, englobando todos os custos diretos e indiretos incidentes, impostos e tributos inclusive a entrega que estarão embutidas no valor da aquisição que correrá por conta da CONTRATADA.

26.5. Cabe à **CONTRATADA** planejar, gerenciar e coordenar previamente junto aos seus fornecedores, parceiros ou prestadores vinculados todos os aspectos necessários à **disponibilização das linhas, ativação dos serviços, fornecimento dos aparelhos em regime de comodato e suporte técnico**, observando os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, **não sendo admitida, como justificativa para eventual atraso ou falha na execução do objeto, a alegação de inadimplemento, atraso ou qualquer intercorrência atribuível a terceiros integrantes de sua cadeia de fornecimento.**

26.6. Quaisquer questionamentos futuros serão esclarecidos pela Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania, **na sala do Fundo Municipal**, através do telefone: (21) (2662-0444), no endereço eletrônico: licitacaocontrato.semasc@prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br ou ainda no endereço **situado na AV. Retiro da imprensa, 1423/1455, PIAM – Belford Roxo; CEP: 26112-180**, no horário e período compreendido entre 8h e 17h, de 2ª à 6ª feira, exceto nos feriados nacionais, do Estado do Rio de Janeiro e do Município de Belford Roxo.

Belford Roxo/RJ, 02 de março de 2026.

Gilson do Valle Marsal
Gestão de Bens Almojarifado e Patrimonio
Mat. 60/101786
SEMASC - PMBR

Aprova o Termo de Referência.

Diogo Bastos Xavier
Secretário Municipal de Assistência Social e Cidadania
Mat. 80/1000.26 – SEMASC _PMBR

Secretaria de Licitações e Compras



ANEXO II

CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

LICITAÇÃO N.º 90008/2026

PROCESSO N.º 56/165/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Assinatura de serviços de dados e voz, com franquia de dados de 35 GB, tecnologia 3G/4G/5G, com uso ilimitado com redução de velocidade após franquia e serviço de voz, com ligações para qualquer operadora, locais e interurbanas (VC1, VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMS (limitados a 1000 por mês) e Comodato referente a aparelho Smartphones com Aparelho smartphone em regime de comodato: equipamento novo, homologado pela ANATEL, com conectividade 4G e/ou 5G, Wi-Fi, Bluetooth e GPS, com desempenho compatível com uso institucional intensivo (aplicativos de gestão, comunicação e sistemas governamentais), memória interna mínima de 128 GB (ou superior), memória RAM compatível com desempenho estável, bateria de longa duração (mín. 5.000 mAh ou equivalente), tela em tamanho compatível com leitura e uso em campo, câmera funcional para registros administrativos, e sistema operacional atualizado e com suporte ativo do fabricante, com atualizações de segurança durante a vigência contratual.	Linha/ mês	79	R\$ 264,10	R\$ 20.863,90	R\$ 250.366,80
02	Assinatura de serviços de dados e voz, com franquia de dados de 50 GB, tecnologia 3G/4G/5G, com uso ilimitado com redução de velocidade após franquia e serviço de voz, com ligações para qualquer operadora, locais e interurbanas (VC1, VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMS (limitados a 1000 por mês) e Comodato referente a aparelho Smartphones Aparelho smartphone em regime de comodato: equipamento novo, homologado pela ANATEL, com conectividade 4G e/ou 5G, Wi-Fi, Bluetooth e GPS, com desempenho compatível com uso institucional intensivo (aplicativos de gestão, comunicação e sistemas governamentais), memória interna mínima de 128 GB (ou superior), memória RAM compatível com desempenho estável, bateria de longa duração (mín. 5.000 mAh ou equivalente), tela em tamanho compatível com leitura e uso em campo, câmera funcional para registros administrativos, e sistema operacional atualizado e com suporte ativo do fabricante, com atualizações de segurança durante a vigência contratual.	Linha/ mês	1	R\$ 294,26	R\$ 294,26	R\$ 3.531,12
	TOTAL		80		R\$ 21.158,16	R\$ 253.897,92

Valor total estimado: R\$ 253.897,92 (DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL OITOCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS).

Secretaria de Licitações e Compras



ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, COM FORNECIMENTO DE LINHAS MÓVEIS PÓS-PAGA, PACOTES DE DADOS E VOZ E APARELHOS CELULARES EM REGIME DE COMODATO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E EXTERNAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Atendendo à consulta formulada na licitação acima referida, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, cotamos para o objeto em licitação o valor abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Assinatura de serviços de dados e voz, com franquia de dados de 35 GB, tecnologia 3G/4G/5G, com uso ilimitado com redução de velocidade após franquia e serviço de voz, com ligações para qualquer operadora, locais e interurbanas (VC1, VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMS (limitados a 1000 por mês) e Comodato referente a aparelho Smartphones com Aparelho smartphone em regime de comodato: equipamento novo, homologado pela ANATEL, com conectividade 4G e/ou 5G, Wi-Fi, Bluetooth e GPS, com desempenho compatível com uso institucional intensivo (aplicativos de gestão, comunicação e sistemas governamentais), memória interna mínima de 128 GB (ou superior), memória RAM compatível com desempenho estável, bateria de longa duração (mín. 5.000 mAh ou equivalente), tela em tamanho compatível com leitura e uso em campo, câmera funcional para registros administrativos, e sistema operacional atualizado e com suporte ativo do fabricante, com atualizações de segurança durante a vigência contratual.	Linha/ mês	79	R\$	R\$	R\$
02	Assinatura de serviços de dados e voz, com franquia de dados de 50 GB, tecnologia 3G/4G/5G, com uso ilimitado com redução de velocidade após franquia e serviço de voz, com ligações para qualquer operadora, locais e interurbanas (VC1, VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMS (limitados a 1000 por mês) e Comodato referente a aparelho Smartphones Aparelho smartphone em regime de comodato: equipamento novo, homologado pela ANATEL, com conectividade 4G e/ou 5G, Wi-Fi, Bluetooth e GPS, com desempenho compatível com uso institucional intensivo (aplicativos de gestão, comunicação e sistemas governamentais), memória interna mínima de 128 GB (ou superior), memória RAM compatível com desempenho estável, bateria de longa duração (mín. 5.000 mAh ou equivalente), tela em tamanho compatível com leitura e uso em campo, câmera funcional para registros administrativos, e sistema operacional atualizado e com suporte ativo do fabricante, com atualizações de segurança durante a vigência contratual.	Linha/ mês	1	R\$	R\$	R\$
TOTAL			80			R\$

Valor total estimado: R\$ _____ (_____).

O Prazo de Validade da presente Proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data da entrega da presente.

Secretaria de Licitações e Compras



PREFEITURA
**BELFORD
ROXO**
GOVERNANDO COM RESPONSABILIDADE

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

DADOS DA PROPONENTE

Razão Social:

CNPJ:

Insc. Estadual:

Insc. Municipal:

Endereço:

Telefones:

E-Mail:

Banco: Agência: Conta-Corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração)

Nome:

Nacionalidade:

Profissão:

Estado Civil:

CPF:

Identidade:

Órgão Exp.:

Data de Emissão:

Telefone:

E-Mail:

(local) _____, ____ de _____ de 2026.

(Assinatura do representante legal)
(Em papel timbrado do licitante).

ANEXO IV

MODELO DAS DECLARAÇÕES CONJUNTAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, COM FORNECIMENTO DE LINHAS MÓVEIS PÓS-PAGA, PACOTES DE DADOS E VOZ E APARELHOS CELULARES EM REGIME DE COMODATO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E EXTERNAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A/C Sr. Pregoeiro(a)

- O licitante atende aos requisitos de habilitação, declarando a veracidade das informações prestadas;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- A pessoa jurídica não possui em seus quadros pessoas ligadas a integrantes do poder Municipal (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Servidores Municipais) por laço de matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo até o segundo grau, ou por adoção, nos termos do Art.119 da Lei Orgânica Municipal;
- A licitante se compromete a garantir o prazo de validade dos preços e condições constantes da proposta por 60 (sessenta) dias corridos a partir da data da apresentação da mesma;
- A licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- A licitante assegura ter pleno conhecimento da legislação pertinente à contratação em pauta e demais condições previstas no Edital e seus anexos;
- A licitante não se encontra cumprindo nenhuma das penalidades previstas na Lei n.º 14.133/2021 e na Lei n.º 12.846/13;
- A proposta econômica do licitante compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação.

(local) _____, ____ de _____ 2026.

(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante).

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME/EPP

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90008/2026

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL, COM FORNECIMENTO DE LINHAS MÓVEIS PÓS-PAGA, PACOTES DE DADOS E VOZ E APARELHOS CELULARES EM REGIME DE COMODATO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS, INSTITUCIONAIS E EXTERNAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEMASC, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A/C Sr. Pregoeiro(a)

- Declaro para os devidos fins, que os valores dos contratos vigentes eventualmente firmados com a Administração Municipal não superam a receita bruta máxima admitida para enquadramento na Lei Complementar n.º 123/06.

(local) _____, ____ de _____ 2026.

(Assinatura do representante legal)

(Em papel timbrado do licitante).

Secretaria de Licitações e Compras



ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____

PROCESSO: Nº ____

LICITAÇÃO: Nº ____

Aos ____ dias do mês de ____ de ____, às ____ horas, na Prefeitura Municipal de Belford Roxo, situada à ____ (endereço) ____, é celebrado o presente compromisso entre o **MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO**, por intermédio da **Secretaria** ____, órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, doravante denominado **MUNICÍPIO** e ____ (ADJUDICATÁRIO), inscrito no CPF/CNPJ sob o nº ____ estabelecida na ____ (ENDEREÇO COMPLETO), doravante denominado **COMPROMITENTE**, neste ato representado pelo ____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº ____ e RG nº ____, domiciliado à ____, de acordo com o processo administrativo n.º ____, observadas a Lei Federal nº 14.133/2021, o Decreto Municipal n.º xxxxxxxx e ainda o edital nº ____, os termos da proposta vencedora e as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Por meio desta ata o **COMPROMITENTE** assume o compromisso e a obrigação de prestar o serviço ____ descrito na planilha anexa pelos preços ali fixados, observado o teto máximo estabelecido e as diretrizes fixadas no Termo de Referência e no edital da licitação.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	PRAZO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
1					

- 1.2. A prestação de serviços dar-se-á na forma estabelecida no TERMO DE REFERÊNCIA anexo do edital de licitação.
- 1.3. Os quantitativos fixados nesta Ata de Registro de Preços não poderão ser objeto de acréscimos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

- 2.1. O prazo de vigência do registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP.

Secretaria de Licitações e Compras



2.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período inicial, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos do artigo 84 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.3. No caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, os quantitativos previstos inicialmente serão renovados automaticamente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

I – de forma devidamente comprovada, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

II - decorrente de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

III - por reajuste, no caso de prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data do orçamento estimado, de _____, tendo por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

CLÁUSULA QUARTA - DA NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o prestador de serviços será convocado para negociar a redução do preço registrado.

4.1.1. Caso o prestador de serviços não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

4.1.2. Havendo a liberação do prestador de serviço, nos termos do subitem anterior, serão convocados os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, devendo nesta oportunidade ser avaliada a documentação de habilitação da respectiva cadastrada interessada.

4.1.3. Não havendo êxito nas negociações, deverá ser procedido o cancelamento da ata de registro de preços, adotando-se as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4.2. No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o prestador de serviços não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao prestador de serviços requerer a alteração do preço registrado mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

Secretaria de Licitações e Compras



4.2.1. Para este fim o prestador de serviços deverá encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

4.2.2. Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido, ficando o prestador de serviços obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

4.2.3. Havendo cancelamento do registro do prestador de serviços, nos termos do subitem anterior, será convocado os prestadores de serviços do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, devendo nesta oportunidade ser avaliada a documentação de habilitação da respectiva cadastrada interessada.

4.2.4. Não havendo êxito nas negociações, o cancelamento da ata de registro de preços deverá ser realizado, adotando-se as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

4.2.5. Na hipótese da devida comprovação, o preço registrado será atualizado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA QUINTA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

5.1. O registro do licitante vencedor será cancelado quando este ensejar as a ocorrência das circunstâncias a seguir elencadas:

- I – houver descumprimento das condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- II - não realizar a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar a redução de preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV - sofrer as sanções de Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar, previstas respectivamente nos incisos III ou IV do caput do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV deverá ser formalizado por despacho com a devida motivação e fundamentação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SEXTA - CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. O cancelamento dos preços registrados poderá ocorrer, total ou parcialmente, diante das seguintes situações:

- I - por razão de interesse público;
- II - a pedido do prestador de serviços, decorrente de caso fortuito ou força maior;
- III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos subitens 4.1.3 e 4.2.4.

Secretaria de Licitações e Compras



CLÁUSULA SÉTIMA - CADASTRO DE RESERVA

7.1. Não houveram participantes do procedimento licitatório interessados no Cadastro de Reserva.

OU

7.1. De acordo com o disposto no edital de licitação, e conforme registrado no Anexo A dessa Ata de Registro de Preços, também fica formalizado o Cadastro de Reserva de prestador(es) de serviços interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, com preços iguais ao do licitante vencedor, havendo cancelamento de registro e seguindo a ordem de classificação final no certame, pelo período remanescente da vigência originalmente prevista para o registro de preços.

7.2. A formação de Cadastro de Reserva vincula o(s) particular(es) aos termos da proposta do titular em relação ao preço, obrigando-se a assumir a titularidade do registro em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ordem de classificação.

7.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no Cadastro de Reserva, da qualidade do objeto indicado na sua proposta e no cumprimento das condições de habilitação prevista no edital de licitação.

7.4. Havendo alteração da titularidade do registro com base no Cadastro de Reserva, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

7.5. A convocação de licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas situações descritas adiante, com a oportuna verificação das condições de habilitação previstas no edital de licitação:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos itens 5 e 6.

CLÁUSULA OITAVA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Os órgãos e entidades municipais que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso desta ata, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador, na forma dos parágrafos do art. 86 da Lei n.º 14.133/2023, observando-se os limites individual e global.

8.2. Caberá ao **COMPROMITENTE** optar pela aceitação ou não da adesão por meio de manifestação expressa e inequívoca.

8.3. A aceitação do **COMPROMITENTE** deve ser formalizada por meio de manifestação expressa dirigida ao órgão gerenciador na qual se compromete a não descontinuar ou prejudicar a concretização do quantitativo

Secretaria de Licitações e Compras



originalmente registrado a despeito da adesão solicitada.

8.4. O limite individual de cada órgão ou entidade não participante será de 50% do quantitativo registrado.

8.5. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder o limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

8.6. A análise das solicitações de adesão pelo órgão gerenciador deverá ser precedida de pesquisa de mercado para aferição do valor do objeto registrado com base no quantitativo resultante da adesão e a constatação de preço mais vantajoso em decorrência dessa pesquisa acarretará a necessidade de negociação do preço registrado para sua compatibilização com o de mercado, como condição para autorização à adesão.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais da prestação de serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento/início e execução do objeto, as obrigações da Administração e do prestador de serviços registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no TERMO DE REFERÊNCIA anexo do edital de licitação.

9.2. O(s) preço(s) registrado(s) com indicação dos licitantes e prestador (es) de serviços será(ão) divulgado(s) no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficará(ão) disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Belford Roxo, _____ de _____ 2026

SECRETÁRIO MUNICIPAL

EMPRESA

Secretaria de Licitações e Compras



PREFEITURA
**BELFORD
ROXO**
GOVERNANDO COM RESPONSABILIDADE

ANEXO I – CADASTRO DE RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº ____/202 ____.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):

OBJETO:

1. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de prestadores de serviços que aceitaram cotar os itens **com preços iguais ao adjudicatário**:

FORNECEDOR nº1 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua, Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)

FORNECEDOR nº 2 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua, Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)

2. Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que **mantiveram sua proposta original**:

FORNECEDOR nº3 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua, Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)

FORNECEDOR nº4 DO CADASTRO DE RESERVA: empresa, situada na Rua, Bairro, Cidade e inscrita no CNPJ/MF sob o nº, representada neste ato por, cédula de identidade nº, domiciliada na Rua, Cidade

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE MÁXIMA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)